



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 101

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 9 de Junho de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Costa Pereira)*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos

Período de Tratamento de Assuntos Políticos:

Aberta a sessão, foi apresentado pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista um **Voto de Congratulação** pelos “**70 Anos da Antena 1**”.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por maioria.

Em seguida iniciou-se o período dedicado a intervenções políticas.

Sobre a primeira, apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Artur

Lima (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Após uma interpelação à mesa feita pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*), proferiu um protesto a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), ao qual se seguiu um contra-protesto pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*).

Usou ainda da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), na sequência da última intervenção feita pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

No debate da segunda, apresentada pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), proferiram intervenções os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Ainda no decurso do debate usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), para um protesto, seguindo-se um contra-protesto pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Agenda da Reunião:

1. **Projecto de Resolução n.º 15/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a divulgação anual das despesas, pessoal afecto e actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), José San-Bento (*PS*), Deputado Clélio Meneses (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento (*PS*) usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Por fim foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Junho.

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia.
Vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje com a chamada.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Chegou à mesa um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativo aos 70 Anos da Emissora Regional dos Açores, Rádio Difusão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

No passado dia 28 de Maio comemoraram-se 70 anos sobre a inauguração do Emissor Regional dos Açores da, então, Emissora Nacional de Radiodifusão.

Fundado a 28 de Maio de 1941, o antigo Emissor Regional dos Açores, mais tarde RDP/Açores, é hoje designado como Antena 1 - Açores.

Esta efeméride foi marcada simbolicamente com a inauguração de uma exposição fotográfica com o registo de alguns momentos históricos do arranque da rádio pública no arquipélago, por exemplo, a implantação da primeira antena na Avenida Gaspar Frutuoso, inúmeras imagens de reportagens no exterior, os

primeiros estúdios e de diversos equipamentos que marcaram estas décadas de serviço público.

Foram, igualmente, recordados e homenageados alguns dos nomes que deram os primeiros passos da rádio nos Açores, muitas das vezes com meios precários mas com um generoso sentido de missão.

Paralelamente, decorreu no dia 28 de Maio uma emissão especial do programa Atlântida, dedicado às festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, e que serviu de mote para consubstanciar o espírito a que se presta o serviço público de rádio e televisão – unir todas as ilhas dos Açores e ligá-los ao Mundo.

O serviço de rádio e televisão nos Açores é fundamental no atenuar das distâncias que separam as ilhas e como veículo privilegiado para ligar e mostrar o arquipélago às comunidades de emigrantes espalhadas pelo globo, com maior incidência para a América do Norte e no sul do Brasil.

A tecnologia que está hoje à nossa disposição anula, em parte, estas distâncias, na medida em que a agenda política e social local está disponível em tempo real, independentemente do fuso horário em que nos encontremos.

Mais do que nunca convém afirmar a importância deste serviço, numa altura em que o país enfrenta uma grave crise económica e com recursos financeiros condicionados, tornando difícil a necessária reconversão de equipamentos e instalações, para que os profissionais que lá desenvolvem a sua actividade o possam realizar da melhor forma possível, situação agravada com o fantasma da privatização da RTP no horizonte.

Pelo contributo e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido até esta data e como estímulo, relativamente, ao futuro próximo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, aprove um voto de congratulação pela passagem do 70º Aniversário da RDP - Açores e dele dê conhecimento à administração a RTP, SA, e ao director do Centro Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 09 Junho de 2011.

Os Deputados Regionais: *Berto Messias, Hernâni Jorge, José San-Bento, Francisco César e Alexandre Pascoal.*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar desta data ser uma data que não cumpre o acordado para a apresentação de votos nesta Assembleia,...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Deputado Mark Marques (PSD): É verdade, sim senhor!

O Orador: ... no entanto o Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Com efeito, a então denominada Emissora Regional dos Açores, da emissora nacional, com programas próprios destinados aos militares, mais tarde denominada RDP-Açores e, actualmente, Antena 1, Açores, teve Sílvio do Couto e Pereira de Almeida como as primeiras vozes que deram voz ao povo, às tradições e aos acontecimentos destas ilhas.

A Emissora Regional dos Açores faz parte integrante da nossa memória colectiva e até aos dias de hoje é um referencial muito importante na identidade dos Açores.

Com o 25 de Abril a Emissora Regional dos Açores transformou-se num veículo privilegiado de comunicação e ponto de encontro da lógica democrática, contribuindo fortemente para a consciencialização das pessoas, na sua maioria desnorteadas pelo turbilhão de acontecimentos próprios dos primeiros passos da vida em democracia, compatibilizando democracia e liberdade com dignidade para todos os cidadãos.

A rádio não oferece um produto qualquer. Trabalha com a comunicação oferecendo informação e espaços de divulgação em que as suas acções provocam impactos em toda a sociedade. Para além disso, produz conhecimento, pois a difusão de informações, ideias, projectos e experiências imprimem-lhe uma responsabilidade social pela formação de conceitos e decisões.

Com o advento da Autonomia dos Açores a RDP-Açores constitui-se o duelo mais forte da unidade das ilhas, fortalecendo não só a democracia, como a livre administração dos Açores pelos açorianos.

A Antena 1-Açores adaptou-se às novas realidades da multimédia e à concorrência, mas continuando a abraçar cada uma das nossas ilhas com o que cada um tem de mais genuíno para divulgar e mostrar ao mundo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e vai votar a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começo por achar absolutamente inacreditável que os partidos fundadores e “pais” da Autonomia venham aqui fazer um voto de congratulação que se podia até justificar pela existência inicial da rádio, por trazer a rádio aos Açores e por este importante meio de comunicação.

A questão que coloco é se hoje a RDP-Açores tem a importância que tinha há 50, há 60 ou há 70 anos.

Quando se diz aqui “até a esta data” o serviço que a RDP presta, e sobretudo temos de ver a sua orientação, a sua direcção, é mau. A direcção da RTP e da RDP-Açores tem prestado um péssimo serviço, o que leva até bons profissionais da RDP a não poderem exercer as suas funções em condições.

O que temos hoje é uma RDP pobre, centralista, uma RDP que não cobre o arquipélago, que não tem delegações em toda as ilhas, é uma RDP que não cumpre a Autonomia e não serve os Açores. É essa a realidade e é isso que os dois maiores partidos deviam defender: a Autonomia, a igualdade dos florentinos, dos marienses, dos graciosenses em ter um correspondente de rádio, um jornalista residente, pessoal residente, em ter meios técnicos nas suas ilhas em igualdade de circunstâncias. Isso é que é afirmar a rádio na Autonomia e a Autonomia na rádio.

Os senhores defendem mais uma vez uma direcção da RDP incompetente, que promove o centralismo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas o que é isso? Isso fica-lhe mal, Sr. Deputado!

O Orador: ...que discrimina ilhas e não faz o verdadeiro serviço público nos Açores.

É lamentável...

Deputado José San-Bento (PS): Lamentável é a sua intervenção!

O Orador: ... que tanto o PSD como o PS, os “pais” da Autonomia, “o pai e a mãe”, lá como quiserem, não vejam isto e que apenas estejam com este voto a tentar tapar uma coisa que é lamentável e reprovável, que é na sua maioria o serviço discriminatório e o mau serviço que a RDP presta e muito por culpa, ou quase por culpa exclusiva, das suas decisões editoriais, centralistas, centradas numa só ilha, e em alguns casos, suspeito eu, cometendo até algumas irregularidades ao nível da edição de telejornais e jornais, como por exemplo se passa em algumas ilhas que põem gente que não pode, nem deve editar jornais e estão a fazê-lo.

Em conclusão, a RDP não serve os Açores. A RDP serve em boas condições uma ilha, em médias condições outras e em fracas condições outra e em péssimas condições as outras 6 ilhas.

Nós, CDS, não nos podemos congratular com este serviço. Ele precisa mudar muito, ser muito actualizado. Precisa de mais meios técnicos.

Reconheço também aqui algum esforço que o Governo Regional tem feito no sentido de dotar a RDP e a RTP de alguns meios técnicos. Reconheço também isso.

Reconheço, reafirmo e reafirmarei a deficiente gestão da RTP-Açores e da RDP-Açores, neste caso, que leva, como já foi dito e é público, a que o Conselho de Redacção se tivesse pronunciado, a que a Subcomissão de Trabalhadores se tivesse pronunciado e o mal está identificado, o problema está identificado.

Era preciso resolvê-lo. Era preciso que o PSD e o PS tivessem vontade de o resolver.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não! Precisava era que o CDS/PP e o PSD se entendessem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Ia votar pacificamente este voto de congratulação, mas dada a polémica que de alguma maneira está instalada, também gostaria de participar nesta avaliação.

Penso que está na hora de dizer novamente que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Ou seja, uma coisa é termos toda a legitimidade, até fora desta casa, enquanto cidadãos contribuintes para um serviço público de rádio e televisão, de fazermos as críticas que muito bem entendermos até à qualidade do serviço público prestado. Há vários fóruns para o fazer. Esta casa é um deles, temo-lo feito mais que uma vez e desconfio bem que o iremos continuar a fazer; outra coisa, é reconhecer que 70 anos de vida é uma data para celebrar...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... num serviço criticável sobre vários pontos de vista, limitado sobre vários pontos de vista, mas que não deixa de fazer 70 anos,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que não deixa de ter uma história com melhores momentos do que aquele que se calhar neste momento vive, mas que é inegável e foi posta ao serviço da nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, celebrar e congratularmo-nos pelos 70 anos, não temos a mínima dúvida, iremos votar este voto favoravelmente.

Já agora permite-me chamar a atenção que achamos muito bem que se dê conhecimento deste voto à administração da RTP e ao Director Regional do Centro, também achamos que ele deve ser divulgado pela Subcomissão de Trabalhadores, porque eles também fazem parte destes 70 anos e são uma parte fundamental deste serviço.

Eu sugeria aos proponentes que acrescentassem a Subcomissão de Trabalhadores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitar este momento para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirmar o entendimento que sempre temos tido e temos sublinhado de que o serviço público de rádio e televisão deve fazer parte integrante das obrigações de divulgação cultural informativa que o Estado tem para com os cidadãos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um aspecto importante e fundamental, queremos afirmá-lo à partida, que motivou o voto que acabámos de apresentar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Também para dizer que o Partido Socialista, acompanhado, felizmente, num passado recente pela generalidade desta Assembleia, tem considerado o actual modelo de serviço público de rádio e televisão, que consta da Lei de 2007, adequado às realidades nacionais e particularmente à realidade regional.

Não podemos confundir, e aí tenho de concordar parcialmente com o Sr. Deputado Artur Lima, aquilo que é o modelo de serviço público de rádio e televisão, com aquilo que são os modelos e os mecanismos de gestão implementados pela concessionária do serviço público de rádio e televisão.

Aí podemos ter perspectivas distintas. Para nós, neste momento, o que é preciso afirmar e que fazemo-lo convictamente é de que o modelo actual, assente em princípios do modelo europeu, é o adequado à realidade do país e das regiões autónomas.

Não podemos fazer que os problemas e as questões de gestão ponham em causa este modelo que em teoria e em tese está bem consignado na Lei de 2007.

Aliás, se fizermos a comparação da RTP, SA com outros operadores de serviço público europeus concluimos facilmente que o serviço público de rádio e

televisão não é caro porque custe muito, mas é caro porque existe efectivamente uma má gestão e muitas vezes a não melhor aplicação dos recursos que estão postos à disposição da concessionária em favor e em serviço desse serviço público.

Daí que estejamos sobretudo, e afirmamo-lo, perante um problema de gestão antes de ser um problema de conceito ou de modelo de serviço público de rádio e televisão.

Sem abdicarmos de lutar sempre por uma melhor gestão que passa desde logo por uma maior autonomia dos centros regionais dos Açores e da Madeira da rádio e televisão públicas, convém afirmar, e fazemo-lo também convictamente, que a alienação de canais públicos de rádio e televisão não é certamente a solução (será uma falsa solução!) para os problemas que atravessa o serviço público de rádio e televisão neste país.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vou colocar à votação este voto, passe o pleonasma.

Presumo que o proponente e a câmara concordarão com a sugestão da Sra. Deputada Zuraida Soares de ser levado em conta em termos de redacção final.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar para outro ponto seguinte do nosso PTAP.

De acordo com o combinado em conferência de líderes, para uma declaração política dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sector eléctrico regional sofreu, ao longo das últimas décadas, um profundo e bem-vindo processo de modernização. A criação da EDA, em 1980, e a

subsequente integração dos sistemas de produção e distribuição eléctrica nos Açores, que se completa em 1994, com a inclusão das ilhas do Grupo Ocidental, tornaram-se datas marcantes da história açoriana, pela importância que estas infra-estruturas e o sector têm para o desenvolvimento harmonioso das nossas ilhas.

A opção pela gestão pública e o consensual entendimento que existe sobre as questões que se relacionam com este sector, enquanto serviço público essencial, tornaram a EDA, mau grado a privatização de parte do seu capital e os apetites que recaem sobre o seu capital público, uma empresa de sucesso e dotaram os Açores de um sistema de produção e distribuição de energia eléctrica moderno e eficaz.

A aposta estratégica nas energias renováveis para a produção de electricidade reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis, representa um outro factor positivo que não posso, nem quero deixar de relevar.

Por isso, creio que este sector deve merecer uma redobrada atenção por parte desta Assembleia e ser acarinhada por todos os açorianos.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, pelos considerandos que já teci sobre a EDA, tenho também grandes preocupações.

Preocupações sobre as opções e actuação do Governo Regional em relação à eléctrica regional.

Porque esse sucesso e essa eficácia não podem ser comprometidos por opções erradas e visões inadequadas.

Preocupações, em primeiro lugar, sobre o subsector das energias renováveis e, no caso específico, sobre o desenvolvimento do projecto da geotermia na ilha Terceira e noutras ilhas onde existe potencial geotérmico.

Continuamos sem entender como é que é possível que se anuncie uma produção quatro vezes superior à realidade. Como é que se pode apregoar um potencial de 12 megawatts para uma produção real, e ainda incerta, de apenas 3 megawatts!

Entendemos as razões técnicas que tornam difícil uma previsão exacta da capacidade produtiva, mas parece inegável que um tal diferencial entre o

prometido e a realidade só se justificou para tentar iludir investidores e atrair capitais externos.

Duplicaram-se entidades, contrataram-se consultores pagos a peso de ouro, gastaram-se 28 milhões de euros! Repito: 28 milhões de euros! 28 Milhões de euros que estão, neste momento, sem qualquer perspectiva de retorno, até porque a EDP, a quem dos Açores só interessam os dividendos, pôs em causa recentemente a continuidade do projecto da geotermia na Terceira.

Para o PCP Açores tem de haver responsabilização política dos que inflacionaram desta forma as expectativas e que andaram a esbanjar o dinheiro dos açorianos!

Mas, importa agora que o projecto, reconduzido à sua dimensão real, continue, para que, ao menos, nem tudo se perca e, sobretudo o projecto geotérmico não seja colocado em causa. Para o PCP Açores é fundamental que se assegure a viabilidade de uma central de 3 MW, através dos ajustamentos necessários à viabilidade do projecto.

E isso compete, antes de mais, ao Governo Regional.

Sras. e Srs. Deputados:

Mas a própria gestão da EDA nos levanta imensas preocupações.

Já aqui nos referimos à forma inaceitável como se distribuem milhões de euros em dividendos para os accionistas,...

Deputado Francisco César (PS): Os accionistas somos todos nós!

O Orador: ... como se aumentam as tarifas pagas pelas famílias e pelas empresas, ao mesmo tempo que se recusam os justos aumentos salariais aos trabalhadores.

Esta atitude demonstra uma opção que é política.

Uma opção que consiste em sacrificar, invariavelmente, os que trabalham e engordar o capital privado!

Colocou-se agora, mais recentemente, a questão dos cortes salariais impostos pelo defunto Governo de José Sócrates também aos trabalhadores da EDA. O Governo Regional, sempre obediente e pressuroso veio logo a seguir garantir a

boa e total execução destes cortes nas empresas públicas regionais, designadamente na EDA.

Claro que na passada 2.^a feira foi anunciado publicamente, por fonte sindical, que iriam ser repostos os valores salariais, com retroactividade a Janeiro, considerando a excepção que já foi feita em empresas similares no território continental.

Mas voltemos aos cortes salariais focalizando a sua análise à aplicação numa empresa do sector público empresarial com as características da EDA.

A EDA não representa nenhum peso nem para o orçamento, nem para a Região. Pelo contrário, é um contribuinte líquido, designadamente em termos dos seus impostos pagos pelos seus trabalhadores e, Sras. e Srs. Deputados, os cortes salariais em empresas com as características da eléctrica regional em nada contribuem para a redução da despesa pública mas, Sras. e Srs. Deputados, pouco ou muito, reduzem a receita pública que tanta falta faz à Região e ao País.

Querem que passe despercebido que esses cortes nos vencimentos não vão reverter para os cofres do Estado, não vão contribuir para qualquer contenção de despesa pública, nem vão, sobretudo, ser usados para aliviar a tarifa eléctrica paga pelos açorianos. Não! O sacrifício destes trabalhadores vai reverter, uma vez mais, para os bolsos dos accionistas.

O PS, o PSD e o CDS/PP, os partidos do “arco-da-velha”, apoiaram cortes cegos e administrativos e apoiaram-nos porque desde que seja para penalizar os trabalhadores estão V. Ex.^{as} de acordo. Neste caso. Porém, como fica demonstrado, os cortes salariais e os congelamentos de carreira não correspondem a uma efectiva redução da despesa pública, pelo contrário reduz a receita, não tem um efeito sobre a redução do tarifário eléctrico e, como já referi apenas engordará o parceiro privado.

Sras. e Srs. Deputados:

Não posso terminar esta declaração política sem referir um outro aspecto que caracteriza bem da forma como o PS Açores exerce o poder e que constitui um contributo para o aumento do descrédito do exercício da actividade política.

Deixem-me colocar-vos, Sras. e Srs. Deputados, uma pergunta retórica:

O que é que fariam com o mais contestado, inoperante e inábil dos Secretários Regionais da Economia da História dos Açores e que deixou uma pesada herança ao actual Secretário e ao próprio Governo Regional?

A racionalidade aconselharia ao seu afastamento todos os cargos importantes de gestão pública, certo?

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado!

O Orador: Não!

Errado!

O que o PS Açores faz com ele é agraciá-lo com uma reforma dourada como presidente de uma lucrativa empresa regional, a EDA!

Mas, assumam: é coerente.

É coerente com o projecto político, é coerente com o exercício do poder a que o PS Açores nos habituou e que tanto criticou ao PSD Açores ao longo de 20 anos e quando se sentavam na bancada da oposição.

O novo Presidente do Conselho de Administração da EDA não é, propriamente um *boy*, mas lá tem a sua compensação pelo serviço prestado. Serviço prestado, não à Região, não ao interesse público, mas ao PS Açores e aos grupos económicos que as suas opções políticas foram beneficiando.

A escolha de Duarte Ponte, que foi não só um dos piores governantes de que há memória, deixando múltiplos imbróglis que o actual Secretário da Economia bem tenta resolver,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe do que fala!

O Orador: ... como ainda não há muito tempo desrespeitou acintosamente este Parlamento, recusando-se a ser ouvido numa Comissão.

E cá estaremos para ver quais as consequências desta nomeação.

Porque se Duarte Ponte tiver na EDA a mesma prestação que teve na Secretaria Regional da Economia, há razões para estarmos preocupados, muito mas mesmo muito preocupados com o futuro da Electricidade dos Açores.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): E disse mal!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria pelas frases finais do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Às vezes as razões de preocupação para alguns, e particularmente para si enquanto deputado, são razões de esperança para outros. Por aqui me fico.

Devemos entrar numa explicação mais profunda de algumas das questões que o Sr. Deputado aqui trouxe.

Primeira questão: o Sr. Deputado diz que as expectativas de rendimento ou de produtividade do projecto geotérmico da Terceira foram inflacionadas para iludir investidores e atrair capitais.

Esta é uma acusação muito grave que queria muito frontalmente, desde já, refutar. É uma irresponsabilidade...

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... particularmente quando se fala numa empresa cuja maior parte do capital não é de nenhum grupo económico em particular, mas de um grupo económico que somos todos nós, todos os açorianos, o Sr. Deputado vir fazer afirmações destas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: O reservatório geotérmico da Terceira tem comprovadamente uma capacidade térmica de produzir até 50 megawatts de energia.

Ninguém se enganou. Os furos que foram feitos comprovaram exactamente aquilo que eram as previsões.

Os furos foram projectados para uma central de 12 megawatts. Infelizmente os furos não atingiram camadas que tenham a permeabilidade que se desejaria, ou seja, apesar da energia lá estar, não é possível extraí-la porque não há água ou vapor de água disponível nas quantidades necessárias. Só por essa razão, por uma razão que não tem nada a ver com a capacidade do reservatório,...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Mas é fundamental!

O Orador: É fundamental, mas ainda não está definitivamente abandonado.

Neste momento não é possível garantir com os furos que existem mais do que 3 megawatts. Provavelmente será possível fazê-lo. Os trabalhos continuam e o investimento vai continuar. O Governo Regional, a EDA e as empresas que investiram ali continuam empenhados em retirar energia daquele reservatório e em retirar rendimento do investimento feito.

Sr. Deputado, em qualquer projecto geotérmico, seja nos Açores, seja em outro lugar qualquer, há sempre uma fase exploratória que normalmente é relativamente longa.

É muito difícil, logo no primeiro furo, acertar exactamente no lugar certo e na composição certa. É muito difícil.

O que aconteceu na Terceira não é diferente daquilo que aconteceu em São Miguel, em que foram precisas décadas para se conseguir atingir a produtividade do investimento que se deseja e que se quer para a Terceira também. E não é diferente daquilo que acontece na generalidade dos reservatórios.

Portanto, Sr. Deputado, iniciámos um processo. Estamos numa fase que é normal acontecer. Gostaríamos que ela não tivesse acontecido, mas é normal que aconteça.

Vamos continuar no nosso caminho no sentido de retirar a energia que é possível retirar daquele reservatório que, e volto a reafirmar, não foi de maneira nenhuma sobrestimada. As estimativas iniciais confirmaram-se. A temperatura está lá, a energia está lá. Provavelmente num futuro que não será muito longo, será possível regrantar, até porque a tecnologia evoluiu. Há tecnologias que permitem utilizar reservatórios que tenham pouca água, como é o caso daquele, e inclusivamente naquele, provavelmente haverá zonas que têm muita mais água e que, estou convencido, mais tarde ou mais cedo, serão encontradas.

O rendimento que se previa será dali retirado.

Ninguém fez nada de errado, pelo contrário. Trabalhou-se com todo o afinco, fez-se um investimento corajoso e está-se a prosseguir com coragem no sentido de retirar daquele reservatório aquilo que são as expectativas de todos nós.

O Sr. Deputado também veio aqui criticar a distribuição de dividendos. Mais uma vez o Sr. Deputado esqueceu-se que os accionistas somos todos nós.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! O Governo!

O Orador: Os grandes beneficiários desta distribuição fomos nós.

É preciso o Sr. Deputado não se esquecer de uma coisa: a EDA é, com certeza fundamental, extremamente importante, tem tido uma gestão exemplar e atingiu neste momento um patamar de qualidade que há umas décadas nem sonharíamos.

A EDA é assim, sem dúvida, mas não esgota em si toda a política energética da Região.

A Região continua a investir em energia em muitas outras frentes e os recursos que a EDA contribui, através dos dividendos que pagou com certeza, serão reinvestidos no sentido de melhorarmos a qualidade da energia na Região.

Por outro lado, o Sr. Deputado veio aqui falar que os trabalhadores estariam a ser prejudicados e que a EDA era uma empresa que não era um encargo para os contribuintes.

O senhor esqueceu-se aqui de uma questão fundamental. A EDA todos os anos recebe entre os 50 e os 60 milhões de euros de transferências para equilíbrio de tarifário.

No dia em que nós desequilibrarmos a EDA estamos a desequilibrar toda a Região.

Esta questão de dizer que a EDA é uma empresa que se pode gastar à vontade, que pode aumentar os vencimentos, porque até dá lucro, esbarra numa questão fundamental. Há aqui 50 ou 60 milhões de euros (varia de ano para ano) de transferências públicas, neste caso feitas através do preço da energia pago por outros consumidores em todo o país. Essa é uma questão fundamental.

Se quisermos ter uma política responsável em relação à EDA temos que autonomizar no sentido dela não depender de transferência de terceiros, porque no dia em que essas transferências, por razões que nós não controlamos, não se verificarem, teremos que aumentar 20 ou 30% no preço da energia. São essas as consequências, Sr. Deputado.

Os trabalhadores da EDA, felizmente, conhecem isto e sabem que aquilo que o Sr. Deputado aqui disse é pura e absoluta demagogia. São os próprios trabalhadores da EDA que reconhecem que precisam de contribuir para dar garantia de sustentabilidade e de segurança ao seu emprego, porque no dia em que as transferências para a EDA desaparecerem, das duas, uma: ou a empresa entra em colapso, ou nós aumentamos o custo da energia em 20 ou 30% aos consumidores.

A irresponsabilidade do Sr. Deputado leva-nos a isto, leva-nos a ter que dizer, Sr. Deputado, que felizmente na EDA há quem perceba muito melhor o que se passa do que o senhor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Eu pensei que o Sr. Deputado viesse aqui falar dos resultados eleitorais do seu partido. Aliás, fazia sentido. O Partido Socialista teve um mau resultado e viemos cá dar a nossa perspectiva desses mesmos resultados.

Em vez disso, o Sr. Deputado trouxe-nos uma intervenção um bocadinho sem nexos, em que confunde questões técnicas, com uma questão da geotermia na Terceira, com questões políticas, em que manifestamente revela a sua desinformação relativamente à questão da remuneração dos funcionários da EDA e, por fim, acaba com a mais vil das demagogias: vem falar de um suposto *boy*, de uma suposta nomeação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu disse que não era!

O Orador: Sr. Deputado, o Partido Socialista sobre esta matéria não tem nada a esconder.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro que não!

Deputado João Costa (PSD): Desavergonhadamente não!

O Orador: Absolutamente nada a esconder.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista orgulha-se daqueles que trabalharam consigo e que muito contribuíram para a sua causa...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e muito contribuíram para melhorar os Açores.

Sr. Deputado, o Sr. Prof. Duarte Ponte é alguém que prestou um serviço inestimável à nossa Região.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não vale a pena exagerar!

O Orador: É alguém que, através da sua acção na Secretaria da Economia, revolucionou o sector do turismo, o sector dos transportes aéreos e marítimos, revolucionou a abertura aos privados, ou seja, foi um dos responsáveis à mudança do paradigma de desenvolvimento desta terra.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, aquilo que lhe digo é que só não erra quem não faz. Ao Prof. Duarte Ponte podemos acusá-lo de muita coisa, mas não podemos acusá-lo, de forma alguma, de não ter agido e de tudo ter feito, enquanto foi Secretário da Economia, para desenvolver a nossa terra e os Açores.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, aqui não há *boys*, não é recompensar alguém, até porque o Sr. Deputado sabe muito bem qual é a actividade do Prof. Duarte Ponte e sabe que provavelmente o trabalho na EDA não é algo que compense mais em termos remuneratórios.

Por isso, termino dizendo:

O Sr. Deputado fez uma intervenção manifestamente infeliz, ao falar da geotermia em questões técnicas confundindo-as com políticas, veio falar da questão da remuneração completamente desinformado sobre a situação actual.

Por último, para tentar chamar a atenção das pessoas, veio falar de alguém a quem os Açores muito deve e deve ter muito orgulho.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires veio a esta casa trazer um conjunto de temas em que dividiu uma primeira parte elogiosa e outra parte crítica metralhada em todas as direcções. Podia dizer mesmo que só lhe faltou, Sr. Deputado Aníbal Pires, falar no grande capital, nem que os Açores tivessem e não precisassem de mais investidores e de grande capital. Era isso que precisávamos e bastante, sendo certo que o grande capital na vossa boca escalda, na nossa boca pode gerar emprego, riqueza e desenvolvimento.

Na vossa boca, aquilo que chama o grande capital, normalmente escalda.

Falou na questão das energias renováveis, e bem. Mas para quê? Para chegar a um processo que é complexo, que é o processo geotérmico. Eu recordava ao Sr. Deputado Aníbal Pires que a geotermia em São Miguel, que neste momento tem um processo perfeitamente estabilizado, começou com muitíssimos percalços, porque estava numa fase de investigação e de desenvolvimento. Estávamos nós na década de 70.

Lembro-me que Américo Viveiros foi criticadíssimo pelo facto de estar, dizia-se na altura, a gastar dinheiro com a geotermia.

Deputado José San-Bento (PS): Fica bem defendê-lo!

O Orador: Hoje, passados 30 anos, o tempo veio dar-lhe razão.

Estava aqui a recordar com o meu colega António Pedro, quando é que foi inaugurada a Central Geotérmica da Lagoa do Fogo. Foi inaugurada por Cavaco Silva, ou seja, só se conseguiu estabilizar no princípio da década de 90. Demorou-se cerca de 20 anos para conseguir dominar aquela tecnologia naquele local.

A questão da geotermia é que cada sítio é um sítio. O Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar referiu há pouco que não basta apenas ter energia, é preciso

ter água para que a energia possa transformar a água em vapor e para que o vapor possa ser aproveitado do ponto de vista geotérmico.

Todos os custos, todo o investimento que foi feito na Ilha Terceira confirma que a energia existe lá, mas acontece que não existe água. É uma circunstância anómala que pode ser resolvida com reinjecção, mas custa dinheiro. É mais investimento, mas é possível ser aproveitado.

Agora, Sr. Deputado Aníbal Pires, dizer-se que se inflacionam expectativas para angariar parceiros, se isso não configura má fé está lá muito próximo.

Isso é pôr em causa a moralidade das pessoas que trabalharam naquele projecto e que certamente muito desgostosas, pesarosas ficaram pelo facto de não conseguirem transformar aquela energia que lá existe em energia que possa ser utilizável com a geotermia.

Mas o Sr. Deputado Aníbal Pires não se ficou por aí. Entrou novamente (e já tivemos oportunidade de discutir isso a alguns meses atrás) na questão dos dividendos.

Sr. Deputado Aníbal Pires, 50,1% dos accionistas daquela empresa somos nós. Se pudermos também usufruir da boa gestão e dos resultados daquela empresa devemos, todos nós, açorianos (não é todos nós, Deputados) ficar satisfeitos.

Quando questiona a privatização a 49,9% do capital da EDA eu não percebo o porquê dessa questão, sendo certo que os resultados da empresa, após a privatização, foram substancialmente melhores.

Eu não percebo qual é a dificuldade em que o Partido Comunista possa concordar e acreditar nos méritos de uma privatização, quando os resultados são bons.

Se depois da privatização os resultados tivessem sido maus, aí dava-lhe toda a razão, mas os resultados são bons e só porque se privatizou o grande capital que põem na vossa boca, aí já não é uma boa solução.

Depois vem a questão dos trabalhadores.

Sr. Deputado Aníbal Pires, os trabalhadores da EDA devem rondar neste momento cerca de 900 trabalhadores.

Deputado José San-Bento (PS): Incluindo o Sr. Deputado Jorge Macedo!

O Orador: Se todos eles ouvissem as suas palavras e fossem atrás da vossa, ia dizer cassette, mas vou dizer ladainha, provavelmente os vossos resultados eleitorais seriam bem diferentes.

Os senhores não vão transformar a EDA no metro de Lisboa...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... nem na Carris, nem na TAP. A EDA não é transformável através das vossas cassetes, ladainhas e do braço armado dos sindicatos, porque os próprios trabalhadores da EDA, sendo certo que são conhecidas dificuldades (são, sim senhor!), são conhecidos problemas (são, sim senhor!), acreditam que após a privatização da empresa os resultados foram favoráveis, com a inestimável ajuda daquilo a que se chama a convergência tarifária, que é uma coisa que o senhor nunca percebeu.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo obviamente por uma questão que diz respeito à Ilha Terceira, que é a geotermia. É preciso recordar o longo processo do processo geotérmico. É preciso que as pessoas tenham memória.

O processo geotérmico foi proposto ser iniciado na Terceira (primeiro, na Terceira!) nos finais dos anos 70. Por opção do Governo da altura, esse processo não se desencadeou na Terceira.

Esteve décadas parado. Reiniciou-se, se não me falha a memória, em 2000 (já está há uma década). Fez progressos que são caros.

Espero, Sr. Secretário, que não se desista desse processo, porque tal como em São Miguel, que a central começou por produzir 0,8 megawatts e levou anos a produzir, depois passou para 2, posteriormente para 3 e por aí fora,...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Até podiam ser 6!

O Orador: ... não se desista de fazer na Terceira a central que vai produzir 3 e daqui a 5, 8 ou 10 anos hão-de passar para 10 ou para 12. Como o senhor disse,

e muito bem, a tecnologia avança todos os anos, espectacularmente. Portanto, estou esperançado que na Terceira, como noutras ilhas com potencial geotérmico, se possa ter energia geotérmica.

Espero que não se desista do processo geotérmico da Terceira, pese embora os contratempos todos que tem tido.

É espantosa esta declaração da extrema-esquerda radical do Partido Comunista. Se os trabalhadores da EDA fossem por essa cantilena da greve... Ela está dando cabo de empresas neste país...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... destruindo, fomentando o desemprego, fomentando greves, irresponsavelmente, por direitos que às vezes, numa situação de crise, todos temos de fazer contenção (todos!), mas o PCP passa a vida a exigir mais salários, mais salários, mais salários, para quem já tem salário, desprezando quem está desempregado e querendo levar empresas à falência.

Votar e escolher o Partido Comunista é votar na falência do tecido económico, é votar na falência das empresas é votar na instabilidade e é levar Portugal ao fundo.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mais um manifesto anticomunista!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Será o próximo Secretário de Estado!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para participar também no debate sobre esta declaração política começando por dizer que é exactamente porque a EDA dá lucro e começou a dá-lo sobretudo após a privatização, como lembrou o Sr. Deputado Jorge Macedo,...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sra. Deputada, como é que dá lucro com 60 milhões de transferências?

A Orador: ... se tem uma componente privada forte e com uma gestão eficaz, portanto a empresa está bem de saúde,...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): A empresa está bem de saúde?

A Oradora: ... é difícil entender que tenha havido cortes nos salários dos seus trabalhadores, cortes esses que agora o Governo Regional, cumprindo um compromisso assumido já há algum tempo atrás, vai repor.

Aliás, tive ocasião de fazer essa pergunta ontem directamente ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, como bem sabe, e o Sr. Secretário descansou-me, e descansou o Bloco de Esquerda, e confirmou as notícias vindas a público de que a situação iria ser reposta. O compromisso do Governo iria ser assumido e com retroactivos a partir de Janeiro. Penso que isto é importante para os trabalhadores. Portanto, estamos a falar para eles.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Com certeza, mas agora dizer que a empresa tem lucro!

A Oradora: Mas não nego que a tal privatização de parte do capital da EDA tenha dado um contributo para esta boa saúde da empresa.

Interrogo-me por que é que quando não tinha uma componente privada não era tão salutar e tinha mais dificuldades. Esta para mim é que é a pergunta. Por que é que quando é público dá prejuízo ou é mal gerido, e quando é privado é sempre bom? Mas isso é outra questão.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): A resposta está na sua pergunta!

A Oradora: Prof. Duarte Ponte:

Como qualquer ex-governante, e isso faz parte do jogo da democracia, o seu trabalho é passível de qualquer tipo de crítica e de avaliação, mas penso que não é isso que está em questão neste momento.

Agora há uma história próxima que está em questão, é que na realidade o Sr. Prof. Duarte Ponte (e estamos à vontade para dizê-lo agora, porque o dissemos no momento oportuno aquando da Comissão de Inquérito dos Navios) desrespeitou esta casa e recusou-se a dar um contributo para a transparência e para o apuramento da verdade de todo o processo na construção dos navios.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ele deu o contributo por escrito!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Foi falta de carácter não ter vindo à Comissão!

A Oradora: Isto é inegável e não está em causa a avaliação do ex-governante. Agora, a avaliação que o Partido Socialista ou o Governo Regional fazem é da responsabilidade do Governo e do Partido Socialista. A do Bloco de Esquerda é claramente esta. Dissemo-lo e voltamos a repeti-lo.

Já agora, chamar a atenção também para uma coisa, é que não são as greves que estão a dar cabo das empresas.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Ah, não?

A Oradora: Não, Sr. Deputado. Quem está a dar cabo das empresas são os bancos, vamos lá ver se nos entendemos.

Aliás, não é o Bloco de Esquerda que o diz, é o Presidente do Governo Regional que, ultimamente, tem chamado a atenção para o pouco contributo que a banca está a dar às dificuldades que o tecido empresarial da nossa Região está a atravessar.

Portanto, não são as greves que estão a encostar a maior parte ou grande parte das empresas à parede, e vou-lhe dizer. Já que estamos a falar em EDA, é a factura energética e são os juros que as empresas têm de pagar aos bancos. O custo do trabalho é aquilo que pesa menos nas empresas, portanto, não são as greves que estão a dar cabo das empresas, ...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): A senhora não sabe o que é uma empresa!

A Oradora: ... é, Sr. Deputado Jorge Macedo, o tal capital financeiro, que não é provavelmente este que está na EDA, mas é o outro e que não queima a boca, queima o País, queima os nossos bolsos, queima e é o responsável pela tal crise internacional que sempre vem à baila quando se fala em algum tipo de dificuldade. Não é uma questão de queimar, é uma questão de abrir os olhos e constatar a realidade.

Muito obrigada.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Deputado Francisco César (*PS*): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, era para solicitar à Mesa que entregasse à Deputada Zuraída Soares, que prematuramente saiu da Comissão de Inquérito relativa à construção dos navios Anticiclone...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... e Atlântida, o contributo escrito feito pelo Prof. Duarte Ponte.

Presidente: Com certeza, será entregue.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para protestar.

Presidente: Tem 3 minutos, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que lembrar ao Sr. Deputado Francisco César que, primeiro, o Bloco de Esquerda não abandonou prematuramente. Abandonou quando legitimamente entendeu que o devia fazer.

Não é prematuro, é legítimo.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Segundo: a resposta escrita do Sr. Prof. Duarte Ponte já tinha chegado à Comissão antes do Bloco de Esquerda a abandonar.

Deputado Berto Messias (PS): Então a senhora acabou de o dizer há 3 minutos!

A Oradora: Terceiro: a resposta escrita do Sr. Prof. Duarte Ponte é uma vergonha.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E era preferível que a não tivesse dado, era preferível que tivesse assumido que não queria dar o seu contributo para a transparência de todo o processo, do que ter escrito uma folhinha A4 vergonhosa...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não dizia nada!

A Oradora: ... como ex-governante, responsável pela pasta que estava em causa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco César tem 3 minutos para um contra-protesto.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraída Soares:

Primeiro:...

Deputado José San-Bento (PS): Precipitou-se!

O Orador: ... precipitou-se, exactamente!

A Sra. Deputada saiu legitimamente da Comissão de Inquérito mas prematuramente da mesma.

A Sra. Deputada assim que viu que aquilo poderia ter uma conclusão ou que os dados que estavam a ser obtidos não lhe permitiam ter nenhum dividendo político, saiu. Mas não é isso que interessa aqui.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não vamos fazer uma avaliação da Comissão? Está pronta!

O Orador: O que interessa aqui, Sra. Deputada, daí eu ter feito a interpelação à mesa, é que o Prof. Duarte Ponte ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto está fora do cerne da declaração política do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desculpe, Sr. Presidente.

O Orador: Como estava a dizer, o que interessa aqui referir é que o Prof. Duarte Ponte deu uma resposta à Comissão, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Vergonhosa!

O Orador: Agora a interpretação que cada um faz desta resposta é total e obviamente subjectiva.

Nós, desde o início, mostrámos a nossa posição sobre esta matéria e a Sra. Deputada pode ou não gostar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não gostei, não!

O Orador: O que não pode dizer é que o Prof. Duarte Ponte não deu uma resposta a esta Comissão.

Tenho dito.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é muito simples. Sobre a questão da EDA, Sr. Deputado, penso que neste momento o que é preciso é que as empresas que mantêm alguma viabilidade não se desequilibrem devido a um exagero, do ponto de vista daquilo que são as responsabilidades e do ponto de vista dos salários. É verdade, é um momento de contenção para todos.

É preciso que as empresas continuem a ser viáveis, sendo politicamente fácil, e se calhar populista, vir aqui defender o aumento dos salários para todos os trabalhadores e a melhoria dos salários. Isto é um discurso muito fácil, que muita gente fez, mas esse tipo de discurso eu não acompanho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estranho seria que acompanhasse. Ficaria muito preocupado se o senhor o acompanhasse!

O Orador: Não acompanho. Acho que tem que existir contenção, responsabilidade, melhorar a capacidade de gestão, continuar a apostar naquelas que são as energias alternativas. É esse o caminho.

Não podemos de forma nenhuma, neste momento, entrar em aventuras desse tipo, que desequilibrem empresas que são estratégicas e empresas que devem manter o seu equilíbrio do ponto de vista daquilo que é a sua margem de exploração.

Em relação ao pequeno episódio do Sr. Prof. Duarte Ponte, eu também tenho que dar aqui o meu testemunho. Considero que para um ex-governante foi bastante negativo, na Comissão de Inquérito, ter-se recusado a responder às perguntas dos deputados.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não se recusou! Respondeu por escrito!

O Orador: É tão simples como isto.

É um défice democrático muito grande...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não diga isso, Sr. Deputado!

O Orador: É verdade! Esta é a minha interpretação...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É demagogia!

Respondeu por escrito!

O Orador: ... e a análise que faço.

É muito, muito negativo que um ex-responsável político do vosso partido se tivesse recusado – o termo é este: recusou-se! – a responder às questões que os deputados dos diferentes partidos tinham para lhe fazer no âmbito do inquérito que estava a ser realizado por parte do Parlamento.

Não venham branquear este processo. É uma atitude negativa.

Eu não faço considerações do ponto de vista pessoal sobre o Sr. Prof. Duarte Ponte. Faço considerações apenas sobre aquele acto de forma exclusiva.

Aquele acto é negativo e é condenável, porque em democracia se ex-governantes, membros proeminentes do Partido Socialista, se recusam a responder às perguntas legítimas e ao funcionamento de uma Comissão de Inquérito no âmbito do Parlamento, vejam bem o que é que pode suceder no âmbito de toda a sociedade açoriana. É um péssimo exemplo e foi, na minha perspectiva e na perspectiva do Partido Popular Monárquico, algo bastante negativo. Foi uma atitude muito errada do Sr. Prof. Duarte Ponte.

Fica este registo.

Presidente: Dou a palavra ao declarante para encerrar o debate, fazendo a advertência que tem 1 minuto e 20 segundos.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à extrema-direita radical, a Deputada Zuraída Soares já se encarregou de responder, ainda que não de uma forma exaustiva.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Respondeu pelo PCP!
Tão amigos!

O Orador: Portanto, vou dispensar-me de o fazer.

Quando à lição que o Deputado Jorge Macedo nos procurou dar, em particular a mim, sobre o processo técnico da geotermia e o histórico, também dispense-me de comentar.

Relativamente às questões e às divergências no que se refere à importância de que o sector da energia esteja no domínio público, também nos separa e vou-me dispensar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então o que vai dizer?

O Orador: Quanto à extrema-direita fastóide não vou tecer nenhum comentário.

Sr. Deputado Francisco César, estou não só muito bem informado, como não foi nenhum exercício de demagogia.

Deputado Francisco César (PS): Profundo!

O Orador: Relativamente à questão da geotermia, recorde-se que o sector do turismo...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não era para si! Era para o Deputado Jorge Macedo!

O Orador:... que o Sr. Prof. Duarte Ponte tanto fez por ele, falhou.

Deputado Francisco César (PS): Falhou como?

O Orador: Falhou porque o Secretário Regional da Economia de então ancorou no jogo e nos casinos.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Tem um enorme e rotundo falhanço...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade! Está a correr-lhe mal!

O Orador: ... dos mandatos do Secretário Regional Duarte Ponte, para não falar, é claro, nos navios que esses não ancoraram em lado nenhum.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, terminou o seu tempo.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Quanto às questões que o Sr. Secretário Regional do Ambiente colocou, relativamente ao Sr. Prof. Duarte Ponte, de facto há razões de preocupação, não de esperança, porque os mandatos dele foram um falhanço total.

Relativamente ao desenho da GeoTerceira, não se levantou a questão técnica, porque essa eu compreendo muito bem. A questão não é essa.

A questão é o desenho que fizeram para a GeoTerceira quando havia uma sociedade para a exploração da geotermia regional. O que não se entende é por que se criou aquela empresa.

Outra coisa é a entrada. O desenho foi feito pelo Prof. Monteiro da Silva.

O problema não é esse. Eu sei que há capacidade em termos térmicos e sei que o problema tem a ver com a permeabilidade dos solos e dos fluidos. O problema não é esse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Então qual é o problema?

O Orador: Fiz e faço a defesa da continuidade do projecto da geotermia.

Quando falo na entrada de capital externo tem a ver com o seguinte (vou já terminar, Sr. Presidente):

Quando se colocou os 12 megawatts não foi pelo potencial conhecido. Foi porque os 10 megawatts sustentam as horas de vazio. É o potencial que é necessário para sustentar o potencial de vazio do consumo da energia na Terceira.

Foi uma coisa perfeitamente especulativa, apenas para fazer entrar no capital da GeoTerceira a EDP que agora está a tentar sair do projecto...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): A EDP devia entrar com que capital?

O Orador: ... e deixa o projecto da GeoTerceira em maus lençóis.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não vai deixar!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino já.

V. Exa., se bem percebi, respondeu e o objecto era este: a continuidade do projecto na GeoTerceira é para continuar; o projecto geotérmico regional é para continuar.

É isso.

Deputado Francisco César (PS): Isso já está num requerimento, Sr. Deputado!

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires dirigiu-se à bancada do Partido Popular Monárquico acusando-a de ser extrema-direita fascista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faz-se história!

O Orador: Devo dizer-lhe que no âmbito da afirmação que fiz eu defendi a contenção salarial, tendo em conta a situação que a Região e o País estão a viver. Considero que afirmações deste tipo são perfeitamente lógicas, racionais e são responsáveis, porque se calhar os trabalhadores da EDA querem ouvir outras coisas, querem ouvir “eu defendo o aumento salarial”.

Eu não posso dizer isso, porque não acho isso responsável.

Veja bem, abrir agora essa precedente e depois toda a gente pede aumentos salariais, quando as arcas do Estado estão vazias e as dificuldades da Região e do País são as que se sabem.

Isto é um discurso responsável. Nada tem de extremista.

O que tem de extremista é não olhar para a realidade do País e da Região e propor medidas fora da racionalidade, propor medidas que se aproximam muito do populismo, Sr. Deputado. Isso é cavalgar o extremismo, é ser extremista.

O Partido Popular Monárquico orgulha-se de ser um partido responsável e de ser um partido democrático, a favor da Autonomia e dos princípios democráticos. É isso que somos.

O Sr. Deputado é que, entusiasmado pelo populismo e pelo discurso fácil fez aqui uma acusação que tenho que condenar (e tenho um imenso respeito pessoal

pelo Sr. Deputado): o Sr. Deputado ofendeu as bancadas que não concordam consigo, acusando-as de extremistas e fascistas. Acho que isto não pode ser, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Foi no calor de debate!

O Orador: É errado da sua parte, Sr. Deputado, e ofende a dignidade de um partido que tem um discurso diferente mas tem a legitimidade democrática de pensar de forma diferente da sua.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o seu radicalismo extremista (vou então deixar o fastóide de lado)...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... nem sequer o levou a perceber que quando o PCP aqui se referiu à questão dos cortes salariais, eram cortes salariais. Aliás, o problema está resolvido. Os cortes que estavam previstos vão ser repostos, porque houve exceção na REN e isso permite à Região que seja repostos.

Sr. Deputado, o seu radicalismo, digamos, os seus antolhos, nem lhe deram para perceber que eu não estava aqui a falar em aumentos salariais para os trabalhadores da EDA, mas sim e apenas na reposição dos cortes que por acaso é um assunto já resolvido.

Eu só trouxe o problema dos cortes salariais aqui, porque estes cortes não têm nenhuma importância em termos da redução da despesa, não constitui nenhum encargo para a despesa pública, mas entretanto isto é de tal maneira feito a régua e a esquadro que quando se trata de cortar rendimentos aos trabalhadores é sempre a direito. Foi isso que o senhor não percebeu e não percebeu pelo seu radicalismo extremista de direita.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não foi só o Deputado Paulo Estêvão que não percebeu, fomos todos.

Presidente: Estamos esclarecidos. Volto a fazer um apelo para que se use...

O Sr. Deputado pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, acho que novamente na exposição feita, o Sr. Deputado utilizou uma terminologia completamente desproporcionada e ofensiva.

Presidente: Sr. Deputado, foi excessiva mas não foi ofensiva.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu considero-me ofendido.

Presidente: Mas eu não considero.

Vamos prosseguir. No entanto faço um apelo, como faço sempre, para que os Srs. Deputados saibam dignificar a si próprios e esta casa.

Vamos fazer um intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 45 minutos.

Muito obrigado.

Eram 11 horas e 20 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portugal assenta numa Democracia baseada na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais, e na separação e interdependência de poderes.

A Democracia portuguesa é representativa, exercida pelos seus representantes, escolhidos periódica e livremente pelos eleitores, através de consulta popular objectivada na realização de Eleições Livres.

Intrinsecamente ligadas à liberdade dos cidadãos, as Eleições democráticas caracterizam-se pela liberdade de eleger e de ser eleito, pela liberdade de

propaganda e de oportunidades e de tratamento igual das diversas candidaturas, pela neutralidade e imparcialidade das entidades públicas e pela existência de uma administração eleitoral, cujos órgãos exercem, exclusiva ou cumulativamente consoante as suas competências, funções de natureza técnica e organizativa, disciplinadora, administrativa, fiscalizadora, sancionatória e jurisdicional, devendo coadjuvar-se e colaborar entre si, estabelecendo nas leis eleitorais regras destinadas a assegurar a isenção e independência das entidades investidas de poderes em matéria eleitoral.

No seio da Administração Eleitoral assume um relevante papel a Comissão Nacional de Eleições, órgão eleitoral independente, a quem compete especialmente disciplinar e fiscalizar todos os actos de recenseamento e operações eleitorais, promover o esclarecimento objectivo dos cidadãos acerca dos actos eleitorais, assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos e a igualdade de oportunidades de acção e propaganda das candidaturas e dos seus intervenientes.

Os delegados das candidaturas chamados a intervir no processo eleitoral, têm como função primordial assegurar a completa observância da lei em todas as operações de votação e apuramento de resultados.

Representam uma candidatura e concorrem para a defesa da legalidade e transparência do processo eleitoral. Exercendo uma função essencialmente fiscalizadora, têm o dever acrescido de colaborar com a administração eleitoral, e esta, de garantir, nos parâmetros da lei, que aqueles exercem as suas funções em condições de plena liberdade e igualdade.

A relação processual e substancial, entre todos os órgãos da Administração Eleitoral e as candidaturas e seus delegados, é de tal ordem de importância que a validade do acto eleitoral poderá ser fragilizada, quando é posta em causa esta relação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Embora se esperasse que com 37 anos de democracia, a organização dos actos eleitorais estivesse consolidada e que o dia eleitoral decorra sem incidentes, foi precisamente uma questão processual, com impacto substancial, que manchou o

dia eleitoral de 5 de Junho nos Açores e que deve merecer uma apreciação política, sem prejuízo das demais diligências junto das entidades de tutela.

O CDS/PP foi afastado do acompanhamento e fiscalização do acto eleitoral na Assembleia de Voto de Água de Pau, no Concelho de Lagoa. Esta exclusão deveu-se ao facto de o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa se ter recusado a certificar os delegados indicados pelo CDS para a referida assembleia de voto.

E não se bastou a limitar indevidamente a participação dos delegados do CDS/PP como recusou as directrizes e as insistências da Comissão Nacional de Eleições para que não o fizesse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com esta atitude o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa violou o dever de imparcialidade a que está obrigado colocando em causa um direito fundamental em democracia que é a fiscalização.

Com esta actuação o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa revelou uma atitude de prepotência violando as disposições legais e as recomendações directas da Comissão Nacional de Eleições.

Esta atitude abusiva do Presidente da Câmara Municipal da Lagoa prejudicou gravemente a participação da candidatura deste partido, fazendo recair sobre o acto eleitoral legítimas suspeitas sobre a sua regularidade.

Com esta atitude o Presidente da Câmara, renunciando às suas competências, prestou um mau serviço à democracia e à liberdade tão própria do acto eleitoral, e em nada dignificou as eleições de 05 de Junho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Desejava o CDS/PP não ter tido a necessidade de formular uma queixa à Comissão Nacional de Eleições para repor a legalidade.

A isso nos obrigou quem não respeita o pluralismo democrático.

A isso nos obrigou a Democracia, pela transparência, pela pluralidade e liberdade que defendemos, pelo que não podemos deixar de partilhar esta lamentável ocorrência com os representantes eleitos do Povo Açoriano.

Só a 15 minutos do encerramento das urnas é que o CDS/PP foi informado pela Câmara Municipal que as credenciais já estavam disponíveis para serem levantadas.

Em conclusão, o Presidente da Câmara Municipal da Lagoa teve um comportamento inaceitável e reprovável ao impedir a fiscalização do acto eleitoral por parte dos delegados do CDS/PP, durante praticamente todo o acto eleitoral.

É razão para perguntar: o que esperava o Presidente da Câmara da Lagoa que fiscalizasse o CDS/PP a 15 minutos do encerramento das urnas?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Limitamo-nos a descrever factos e ocorrências de um modo imparcial, todas devidamente relatadas à Comissão Nacional de Eleições.

Fizemo-lo com intenção pedagógica para que no futuro se evitem situações semelhantes.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por felicitar o Deputado Artur Lima e o seu partido pelo resultado eleitoral e pela campanha que fizeram.

Queria também saudar aqui todas as açorinas e todo os açorianos que ocorreram e participaram, democraticamente, numa eleição que decorreu em perfeita normalidade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Parece que não!

O Orador: Esta dramatização irresponsável, Sr. Deputado Artur Lima, que o senhor aqui fez é uma nuvem de fumo, e já lá chegarei.

Não esteve, nem está em causa, e é bom que isso fique muito claro, a idoneidade do acto eleitoral do passado dia 5 de Junho, particularmente não esteve em causa a idoneidade da eleição na Vila de Água de Pau.

A votação decorreu com total normalidade e aconteceu em Água de Pau um aspecto que o Sr. Deputado Artur Lima aqui quis relevar, como aconteceu em outras questões, algumas situações relacionadas com a credenciação dos fiscais eleitorais, dos fiscais dos partidos.

Como sabe, a preparação de um acto eleitoral – e eu posso testemunhar isso pessoalmente, uma vez que sou o responsável do PS em Ponta Delgada, onde existem 24 freguesias, 58 mesas de voto, é uma carga de trabalhos, uma burocracia enorme – envolve toda a tramitação das mesas eleitorais. Os partidos indicam responsáveis para participar nas reuniões onde se elaboram as mesas das assembleias de voto. Mais tarde, remete-se para as câmaras municipais as credenciais para depois podermos fazer o acompanhamento com delegados nossos (quando disse fiscais, Sr. Deputado Artur Lima, é porque é esse termo que comumente é utilizado) e isso obedece a prazos legais.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): 18 dias!

O Orador: A Câmara da Lagoa tem a razão do seu lado.

Os senhores do PP apresentaram em prazo extemporâneo essas credenciais.

Portanto, o Sr. Presidente da Câmara teve uma atitude de colaboração com o PP, assinou as credenciais fora do prazo que estava previsto para facilitar que o PP pudesse precisamente participar e pudesse concretamente aparecer na fase de contagem dos votos. É esta a verdade e é bom que isso fique absolutamente claro.

Deputado Pedro Medina (*CDS/PP*): Não é verdade!

O Orador: A questão é outra, Sr. Deputado Artur Lima. O que o senhor quis aqui fazer foi uma cortina de fumo para fugir à questão de fundo.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): O senhor está mentindo!

O Orador: A questão de fundo é que no passado dia 5 de Junho caiu a máscara ao PP/Açores, porque o PP é e assumiu-se sempre ao longo da campanha eleitoral como um partido do arco da governação, um partido da

responsabilidade, um partido da influência, um partido da governabilidade, e afinal o PP, com base nas suas declarações, é o partido da demagogia, é o partido anti-sistema. É essa a verdade, Sr. Deputado. Caiu-vos a máscara, porque os senhores têm medo da responsabilidade, os senhores têm medo de governar.

Por isso é bom que os açorianos percebam, porque daqui a um ano e meio voltaremos a ter eleições, que um voto no PP é um voto no contra, um voto no PP não gera nenhuma solução, por isso é que o senhor veio aqui dramatizar uma questão que pura e simplesmente não existiu,...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Existiu!

O Orador: ... e dramatizar um aspecto. No fundo, a responsabilidade é vossa, a responsabilidade é da desorganização do PP em São Miguel.

Tenho dito.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve não para me envolver neste arrufo entre o PS e o CDS, mas para manifestar a posição do PSD, realçando e registando esta incoerência do Sr. Deputado José San-Bento que começa por dar os parabéns de uma forma muito efusiva e aparentemente sincera e acaba dando uma cacetada. É este o estilo, mas nisso eu não me meto. É coisa dos senhores, portanto, não me meto nisso.

Para deixar muito claro que na perspectiva do PSD é essencial que se cumpra efectivamente a democracia. A democracia deve cumprir-se nos mais variados actos da vida diária das entidades públicas e dos cidadãos e, em especial, no momento mais nobre da democracia que é o acto eleitoral.

Para esse cumprimento da democracia têm especiais responsabilidades as entidades públicas e dentro das entidades públicas, de forma muito particular, as câmaras municipais têm deveres acrescidos na organização do processo eleitoral.

Neste caso concreto e por aquilo que é relatado, há algo que nos parece no mínimo anormal, que é a entrega de credenciais a 15 minutos de encerrar as urnas. Parece-me absurdo e ridículo.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PS)

O Orador: Estou a referir-me relativamente àquilo que são os dados conhecidos.

Se é verdade que de facto as credenciais foram entregues 15 minutos antes de encerrar as urnas, estamos perante um acto de profundo desrespeito para com o sistema político democrático do acto eleitoral.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É precisamente o contrário!

O Orador: Devo referir que sobre esta matéria há opiniões, até jurisprudenciais distintas. Há quem entenda que a questão do prazo tem a dimensão que tem e, neste caso, concreto até há o entendimento de um tribunal sobre esta matéria que vai ao encontro da posição do CDS/PP.

No entanto, não é isso que está aqui em análise. O que está em análise, e relativamente ao que o PSD se quer pronunciar, é que sobre isto das duas, uma (e é isto que é importante): ou é legal e a entrega da credencial deveria ter sido durante o tempo útil para ser exercida a função de delegado, de forma eficaz, durante o dia...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): A Câmara quer que os delegados acompanhem a contagem da votação e os senhores vêm fazer esse papel aqui!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quem é que define?

O Orador: ... ou não é legal, e nunca deveria ter sido entregue a credencial.

A questão é esta: ou não é legal e não entregam a credencial ou é legal e entregam em tempo útil para o exercício eficaz das funções de delegado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é uma avaliação política!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é de loucos!

O Orador: É isto que está em causa.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores entregam fora de prazo. A Câmara quer que os senhores acompanhem a votação para não haver suspeitas e os senhores fazem esse papel aqui?! É inadmissível!

Presidente: Srs. Deputados...

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Por isto mesmo, os factos que estão em causa são esses. Mas não cabe aqui ao PSD fazer nenhum juízo sobre esta matéria. Cabe fazer, sim, uma avaliação política e a avaliação política que o PSD faz em sede parlamentar é de duas, uma: ou era legal e deveria ter sido dada a possibilidade dos delegados exercerem as suas funções de forma eficaz, ou não era legal e não deveria ter sido dada 15 minutos antes do encerramento da urna.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a pôr em causa o acto eleitoral?

O Orador: Mais do que isso, o que entendemos essencial é que se apure os factos, aquilo que aconteceu, que efectivamente se saiba o que é que aconteceu e que se responsabilizem os verdadeiros infractores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que neste momento entendemos essencial, sempre com o pressuposto único e de pilar do funcionamento da democracia, o respeito pelos vários agentes políticos, o respeito pelo funcionamento das várias entidades...

Deputado Berto Messias (PS): E pode!

O Orador: ... com responsabilidades no processo eleitoral de que fazem parte de forma decisiva os delegados representativos das várias candidaturas.

É essa a nossa única preocupação, cumprimento da democracia e respeito pelas entidades envolvidas.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve neste debate, primeiro felicitando o CDS pelo resultado eleitoral, porque é de bom-tom e é devido. Teve uma subida eleitoral, um resultado que, do seu ponto de vista, é satisfatório, mas que nos leva a uma outra questão que aqui parecia que seria, no meu entender, o objecto central de uma declaração política neste contexto.

Esse objecto seria, com este resultado, o que fará o CDS no futuro, nos Açores e na República?

Deputado José San-Bento (PS): Exactamente!

O Orador: Que posição tem o CDS/Açores sobre o seu papel na governação na República e que consequências teria isso nos Açores?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso faz parte da declaração política?

O Orador: Já chego lá, Sr. Deputado Artur Lima, não fique zangado porque não vale a pena.

O Sr. Deputado não optou por essa nobre, diria eu, matéria para se dedicar a um *fait divers*, a uma coisa que aconteceu, um episódio que supostamente terá acontecido no processo eleitoral em dezenas e dezenas de mesas de voto, espalhadas por todos os Açores.

O senhor concentrou a sua análise eleitoral no acto do passado dia 5 de Junho, nessa questão que terá acontecido em Água de Pau.

Segundo as informações recolhidas, a lei estabelece um prazo para se entregar o processo de credenciação dos delegados. Diz o Sr. Deputado Clélio Meneses, que há jurisprudência que diz que isso não é muito relevante, mas esse prazo é legal. Na lei diz que existe um prazo.

Se a lei diz que existe um prazo, não é para que o prazo não sirva para nada, é para que o prazo seja cumprido.

Deputado João Costa (PSD): Então por que é que entregaram?

O Orador: Todas as forças políticas aqui representadas recebem o calendário eleitoral que é distribuído a dizer quais são as datas limites para se dar cada um dos passos necessários ao processo eleitoral.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não há datas limites!

O Orador: Isso não é nada de estranho. Faz parte da organização logística do próprio processo.

Acontece que o CDS terá entregado fora desse prazo legal...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: ... a credenciação dos seus delegados, naquele caso concreto na Vila de Água de Pau.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É mentira!

O Orador: Acontece que a entidade que devia certificar esses delegados, achando que a entrega tinha sido fora de prazo, contactou a Comissão Nacional de Eleições,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso!

O Orador: ... para saber qual era o entendimento sobre a matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso! Isso é mentira!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor deu a sua informação, disse aquilo que lhe pareceu que aconteceu. Eu estou a dar a informação que me deram.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a mentir!

O Orador: Acontece que no fim desse processo de esclarecimento, a Comissão Nacional de Eleições também tem a função de esclarecer as entidades envolvidas sobre o processo eleitoral e fazer uma interpretação da aplicação da legislação a cada caso. Portanto, tem essa função de esclarecimento (serve para isso!), deve exercê-la e deve-se acatar aquilo que é dito pela Comissão Nacional de Eleições. Podendo ou não fazê-lo, mas deve-se acatar.

Aconteceu que, esclarecido o processo, foram emitidas credenciais aos delegados eleitorais do PP para que, a 15 minutos ou meia hora antes do fecho das urnas, pudessem acompanhar o escrutínio eleitoral.

Preferiam os senhores (se calhar o filme era maior!) que nunca tivessem recebido nenhuma credenciação, mas ainda houve esse cuidado adicional de permitir a credenciação para que acompanhassem o escrutínio eleitoral.

Este processo não tem nada que me pareça persecutório, nem que possa ser generalizável para o acto eleitoral realizado em toda a Região, nem que possa explicar o facto de o senhor não ter vindo a esta casa dizer quais eram os

propósitos futuros em termos de governação do CDS, nem que possa servir também para explicar o facto de o senhor ter ficado mais uma vez quase à beira de ser eleito.

Acho que essas matérias eram relevantes (permita-me achar) para o futuro da governabilidade do País e para o futuro da Região.

Essa outra questão que nos trouxe é um episódio lateral, se calhar para não ter que falar daqueles que são os episódios centrais.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Brevemente para dizer que com os elementos que estão em cima da mesa dificilmente e em bom rigor, um partido que está fora desta questão, que não acompanhou os acontecimentos e está entre duas versões do mesmo, não deve (pelo menos é essa a nossa posição) tomar partido, nem por um lado, nem pelo outro, porque lhe falta informação.

Agora aquilo que consideramos é que da mesma maneira que o CDS trouxe esta declaração política, no fundo, fazendo uma denúncia de uma atitude, que quase poderíamos dizer discriminatória ou persecutória e de ausência de democracia num momento e num sítio concreto do processo do acto eleitoral do dia 5 de Junho, o CDS também ficará obrigado a trazer a esta casa, sob a forma de declaração política ou sob qualquer outra forma regimental, a resposta das entidades oficiais a quem o partido vai com certeza entregar, ou eventualmente já entregou, uma queixa sobre a matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Após o conhecimento dessa resposta e dessa avaliação feita por entidades isentas e que têm responsabilidade de o fazer, é que penso que nós, Deputados desta casa, estaremos em condições de fazer uma avaliação profunda e acertada sobre esta matéria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Tem a palavra o declarante para encerrar o debate.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Em que data foi entregue o pedido?

Deputado Berto Messias (PS): Vai pedir desculpas!

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Acho que mais lamentável que a posição do Presidente de Câmara do Partido Socialista, é a posição da bancada parlamentar do Partido Socialista e a posição do Governo Regional dos Açores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Diga em que data entrou o pedido!

O Orador: A Lei Eleitoral é clara. Está aqui.

Eu devo esclarecer os factos. Aliás esclareço a Sra. Deputada Zuraida Soares dizendo que já entregámos a queixa na Comissão Nacional de Eleições.

O senhor recusou-se a assinar as credenciais dos delegados do CDS. Contactámos a Comissão Nacional de Eleições na sexta-feira. Ela pediu-nos para fazermos o protesto por escrito. Fizemos por escrito à Comissão Nacional de Eleições na sexta-feira, à hora do almoço.

A Comissão Nacional de Eleições contactou a Câmara Municipal da Lagoa na sexta-feira à tarde.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Como?

O Orador: Telefonicamente. Está a ver, Sr. Secretário?

Disse-lhe o que tinha para fazer. Falou com a funcionária (ficou de se fazer) e foi transmitido qual era o entendimento de um acórdão da Comissão Nacional de Eleições, (eu tenho aqui e posso dar ao especialista do concelho de Ponta Delgada, que pelos vistos percebe tanto disto... está aqui, posso depois fornecer-lhe), onde é claro que os delegados podem ser indicados até ao dia das eleições. É o que aqui diz.

Uma coisa são os delegados que vão às reuniões das mesas e outra coisa são os delegados que vão fiscalizar o acto eleitoral.

Deputado José San-Bento (PS): Agradecia que me entregasse uma cópia!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é uma nova versão. Isso nunca foi assim!

O Orador: É o que diz aqui. Vamos com calma porque isto tem que ser muito bem esclarecido.

Sr. Secretário, quando o senhor diz que a Câmara Municipal da Lagoa contactou a Comissão Nacional de Eleições é mentira.

Deputado José San-Bento (PS): Como é que pode fazer uma declaração dessas?

O Orador: O senhor mentiu aqui porque o fizeram mentir.

Nós fizemos a queixa. A Comissão Nacional de Eleições, através do seu representante contactou a Câmara Municipal, disse o que tinha que se fazer, disse que tinha de aceitar os delegados e que tinha que certificar as declarações. Depois, por escrito, a Comissão Nacional de Eleições oficiou a Câmara Municipal. No sábado voltámos a fazer outro protesto, segundo protesto, Sr. Secretário.

Aí, quando não se está a lidar com gente de bem, que era o caso da Câmara Municipal da Lagoa, foi feito por escrito e mesmo assim só a um quarto para as sete, a 15 minutos de fechar as urnas, é que o Sr. Presidente da Câmara contactou os delegados a dizer que as credenciais estavam assinadas. Sabe porquê? Porque podia incorrer num crime.

Portanto, isso é lamentável!

Os senhores subscreveram aqui isto tudo, a mentira contra a democracia, a prepotência. Foi isso que os senhores subscreveram.

Sr. Secretário, a queixa está dada e só para evitar consequências é que o Sr. Presidente da Câmara, à última da hora, tentou safar as costinhas. Isso é que é lamentável.

Não o fez democraticamente. Fez porque foi obrigado, quando tinha que o fazer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Explique por que foi só naquela mesa de voto é que aconteceu isso.

O Orador: Houve em São Jorge também, que não evitaram.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Explique por que é que nas outras mesas de voto do Concelho da Lagoa isso não aconteceu?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Ele é que tem de explicar!

O Orador: Isso, ele e os senhores, é que têm que explicar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não explica porque tem má vontade!

O Orador: Os senhores têm de explicar por que é que foi só naquela mesa.

É lamentável o vosso comportamento!

Sr. Deputado José San-Bento e Sr. Secretário Bradford, eu, sempre que fui eleito (isto é para o senhor, para o Sr. Deputado San-Bento e para mais alguns ali) foi por mérito próprio.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E os outros não?

O Orador: Nunca fui no carrinho de ninguém. Estamos entendidos?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Também acho que fui eleito por mérito próprio!

O Orador: Agora quem está habituado a ser eleito no carrinho de alguém é melhor que vá procurando emprego, porque quando chegar a 2012...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é uma ameaça?

O Orador: ... os senhores vão perder as eleições.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É uma ameaça?

O Orador: Eu não vou fazer nada.

Os senhores vão perder as eleições e quem anda habituado a andar no carrinho dos outros, a andar à boleia dos outros, que não tem mérito...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... não lhe são reconhecidos méritos, é natural que tenha que procurar outra actividade, Sr. Secretário e Sr. Deputado José San-Bento.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não custa nada!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Quanto às opções que o CDS faz ou deixa de fazer ainda não temos que pedir meças ao Partido Socialista.

Ainda definimos como queremos, quando queremos e onde queremos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nós é que ainda não percebemos!

O Orador: Os senhores já perceberam muito bem o que é.

Aliás, basta recordar algumas atitudes que o vosso presidente de partido teve em relação ao Governo da República, algumas atitudes que o vosso presidente de partido teve em relação a algumas coisas da República. Estão espantados os senhores?! Porquê?!

Os senhores não têm memória ou não querem ter memória.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Está a falar de quê, Sr. Deputado?

O Orador: Os senhores estão aflitos com a pesada derrota eleitoral que levaram por terem infligido aos açorianos a maior carga de impostos que vão sofrer desde a Autonomia, as maiores condições draconianas que os senhores impuseram aos açorianos e os senhores também ver penalizados na próxima eleição.

Presidente: O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Para um protesto.

Presidente: Tem 3 minutos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Protesto?

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sim.

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão abandonou a sala)

Utilizo a figura regimental de protesto não pelo conteúdo político ou programático da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima...

Peço desculpa, porque não me dirigi à casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retomando o que dizia, recorri a esta figura não para comentar as suas críticas ao processo democrático na Vila de Água de Pau, no concelho da Lagoa (sobre isso já falei), não para me defender do facto de me ter chamado mentiroso, mas sobretudo pela conversa que o Sr. Deputado teve em relação ao meu futuro político, à minha profissão e à minha vida na política ou para além da política.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ainda não percebemos as razões do protesto!

O Orador: Vou-lhe dizer muito claramente, Sr. Deputado.

O senhor disse: a partir de 2012 os senhores que andam no carrinho dos outros vão ter de procurar emprego. Disse que era eu e o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Disse, disse!

O Orador: Só queria explicar-lhe, no que a mim me toca, que não há problema nenhum, Sr. Deputado.

Eu fui eleito duas vezes por esta casa, no lugar da lista de deputados por São Miguel que partidariamente me foi atribuído.

Estou na política, com funções políticas, há cerca de uma década.

Quando eu entender que já não posso trazer nada à política, vou fazer a minha actividade profissional que era outra,...

Deputado João Costa (PSD): Ou quando o povo entender. Acho que o povo tem uma palavra!

O Orador: ... ou vou fazer outra qualquer Sr. Deputado. A mim não me custa nada. Enquanto houver vontade e capacidade eu farei o que for preciso.

Agora, eu só quero acreditar que a sua intervenção era uma ameaça, Sr. Deputado, porque pareceu que a partir de 2012, entrando o senhor para o poder, ou outra maioria, eu teria de procurar emprego porque os senhores não me iam permitir continuar a minha vida política. Isso em democracia não é admissível, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Muito menos nesta casa. Utilizar esta casa para ameaçar as pessoas que têm opiniões políticas diferentes não é admissível...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É o que os senhores fazem!

O Orador: ... não é adequado e eu, no meu caso pessoal, não poderia deixar de o dizer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para um contra-protesto. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu não tenho dúvidas das suas capacidades profissionais (com certeza que lhe reconheço) e que o senhor fora da política encontrará outra actividade qualquer que queira.

Quando falei consigo e com o Sr. Deputado San-Bento, foi porque eram os meus dois interlocutores no debate.

Sr. Secretário, não disse que era especificamente o senhor que teria... Eu referi-me aos meus dois interlocutores de debate. Se entendeu como uma ameaça, entendeu mal.

Agora o que eu digo, Sr. Secretário, e volto a dizer (e o senhor sabe tão bem como eu, como muita gente nos Açores sabe) é que há gente que para viver depende única e exclusivamente da política. Quando isso acabar, não têm para onde ir. Há muitos! E não sou eu que o digo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quem?

O Orador: É essa gente que se arma de arrogância em vir acusar e apontar o dedo aos outros. É essa gente que vive...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quem?

O Orador: É muita, Sr. Secretário, em qualquer regime, em qualquer governo. ... à conta do governo e dos governos, em qualquer um.

Neste caso, Sr. Secretário, muitos vivem à custa do Governo que está neste momento na Região, como já foi no passado e como naturalmente poderá ser no futuro.

O que digo são questões de princípio, Sr. Secretário Regional, e dirijo-me a si pela consideração que me merece e pelo protesto que fez.

Agora fica esclarecido que há uns, e eu não tenho dúvidas, que têm que o fazer; há outros que, pobres, vivem sempre no carrinho dos outros. Toda a gente vê e toda a gente sabe. Eu não estou aqui a dizer nada que ninguém não saiba, Sr. Secretário Regional. É isso que quero registar. É isso que quero dizer.

Quanto ao meu futuro que os senhores aqui indiciaram no início, estou bem despreocupado com ele, porque trabalho aqui e lá fora. Tenho trabalho aqui, tenho trabalho lá fora e nunca estive sem trabalhar e nunca estive sem ocupação, em diversos sítios. Até aqui me esforço para dar o exemplo. Até aqui me esforço para justificar o dinheiro que me pagam, Sr. Secretário.

Por isso, não tenho nenhum problema em dizer que aqui trabalho e ganho o dinheiro que mereço. Não poderei dizer o mesmo de outros, também aqui nesta casa.

Portanto, são tudo evidências que as pessoas vêm e comentam. Comentam comigo, comentam consigo, comentam com todos!

Agora, é natural que quem não tem ocupação, quem não tem actividade, quem não tem que fazer, se sinta preocupado com o futuro, se sinta preocupado em perder o poder. É perfeitamente normal que isso aconteça.

Depois ouve-se uns burburinhos laterais, Sr. Secretário.

Portanto, quanto a nós os dois, parece-me que estamos perfeitamente esclarecidos sobre essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Aproveito para informar que o CDS/PP terminou o seu tempo. Aliás, já tinha terminado antes do protesto.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Face à hora, não vale a pena prolongarmos este debate.

Recomeçaremos às 15 horas com a Agenda.

Bom almoço e até logo.

Eram 12 horas e 34 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos com a Agenda: **Projecto de Resolução n.º 15/2011 – “Recomenda ao Governo Regional a divulgação anual das despesas, pessoal afecto e actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As autonomias político-administrativas dos Açores e da Madeira cumprem este ano 35 anos de funcionamento no âmbito do actual quadro constitucional. Decorreu já o tempo suficiente para se poder analisar, com objectividade e rigor, a natureza do processo político autónómico.

Do ponto de vista político, nomeadamente no que diz respeito à alternância de poder nas regiões, é inegável que nem tudo tem corrido da melhor forma. A verdade é que a nossa sociedade se tornou demasiado dependente, do ponto de vista social e económico, do Governo e da administração regional. Esse facto deu aos governos regionais uma influência e um carisma eleitorais quase invencíveis.

Em 35 anos de experiência autónómica nenhum presidente do governo regional - quer na Madeira, quer nos Açores - foi alguma vez derrotado sempre que se recandidatou ao cargo.

A alternância de poder nas regiões autónomas está, assim, altamente condicionada pela enorme influência do governo e da administração regional junto das populações insulares. No fundo, assiste-se aqui a um fenómeno de eternização partidária no poder que, ao fim de algum tempo, representa um risco real para as liberdades individuais e colectivas.

Não se trata de um fenómeno político isolado no âmbito do funcionamento dos sistemas políticos contemporâneos – aí está o exemplo venezuelano ou a experiência histórica mexicana - mas, mesmo assim,...

Deputado José San-Bento (PS): É uma vergonha!

O Orador: ... não deixa de ser um assunto que merece uma análise cuidada, no sentido de se melhoraram os mecanismos da alternância democrática nas Regiões Autónomas.

Neste contexto político de quase invencibilidade dos executivos regionais, a divulgação, tratamento e difusão da informação política, institucional e governamental, adquirem uma importância ainda mais transcendental.

Os órgãos de comunicação social regionais vivem, actualmente, imersos em graves dificuldades financeiras e possuem um deficit evidente de meios humanos. Pelo contrário, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores (GaCS) está visivelmente dotado de meios e recursos muito substanciais e goza de uma enorme presença e influência no âmbito dos meios de comunicação social regionais.

Não está em causa a existência de um gabinete de apoio à comunicação social...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor tem a coragem de dizer que não está em causa!

O Orador: ... com a função de “assegurar a recolha, tratamento e difusão de toda a informação oficial relativa à actividade dos diversos departamentos do Governo Regional e restantes organismos da administração regional autónoma”. O que pode revelar-se preocupante nesta matéria é o progressivo crescimento de uma entidade com recursos desproporcionados tendo em conta as suas funções e a fragilidade de recursos do contexto comunicacional em que se insere a sua acção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A construção de “máquinas” comunicacionais de grande dimensão e poderio foi uma estratégia utilizada, de forma recorrente, por todos os regimes autoritários que marcaram boa parte da História do século XX. Não é só a censura que pode

ter efeitos devastadores nos sistemas democráticos, é também a posse de meios e de instrumentos de comunicação demasiados poderosos e omnipresentes.

Neste sentido, os meios comunicacionais ao serviço dos governos devem ter uma dimensão moderada, guardar uma estrita neutralidade em questões partidárias e evitar tudo o possa assemelhar-se a propaganda, nomeadamente através do uso da repetição imoderada da notícia, da utilização descontextualizada do encómio ou até da entrevista directa a membros do Governo do qual dependem politicamente os funcionários destes serviços de comunicação.

Outra questão relevante prende-se com a opacidade deste serviço do ponto de vista da possibilidade de se poder realizar uma leitura global do conjunto de recursos que lhes estão alocados e da despesa integrada que resulta do funcionamento do mesmo. Ora, os instrumentos orçamentais ao nosso dispor não permitem obter essa visão de conjunto que consideramos crucial sobre este assunto.

Neste contexto, afigura-se fundamental atribuir e dotar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, enquanto entidade garante do Estatuto Político-Administrativo e única detentora da legitimidade directa do pluralismo partidário no âmbito da composição dos órgãos de governo próprio da Região, de informações objectivas e periódicas sobre a dimensão, grau de despesa e funcionamento concreto do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores (GaCS).

Tudo isto porque é necessário reforçar os mecanismos de vigilância democrática sobre serviços desta natureza dados os evidentes perigos decorrentes do seu uso e crescimento imoderados no âmbito do contexto político e comunicacional anteriormente descritos. Tudo isto porque, para o PPM, a comunicação social constitui verdadeiramente o 4.º poder nas sociedades contemporâneas. Esse poder não pode ficar à margem da fiscalização democrática e dos indeclináveis deveres de isenção e respeito pela verdade.

O facto é que, não se sabendo ao certo a sua dimensão, dá para notar que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social possui recursos humanos e financeiros muito vastos. Assim, dada a actual conjuntura económica e a emergência de outras prioridades de carácter social, desafiamos o Governo Regional a diminuir significativamente a despesa e dimensão do seu Gabinete de Apoio à Comunicação Social. Note-se, a este propósito, que não se refere aqui o papel dos assessores de imprensa vinculados a cada Secretaria Regional. Só por si, estes assessores já assegurariam muitas das funções que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social desempenha.

Na nossa perspectiva, dada a evidência do gigantismo dos meios envolvidos, quase se pode dizer que o Governo Regional não possui um mero gabinete de apoio à comunicação social, mas sim uma autêntica agência de notícias para uso particular. Ou seja, muito mais que o jornal privativo que o Dr. João Jardim possui na Madeira.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não diga barbaridades!

O Orador: Concluiu-se, assim, que esta matéria necessita de ser fiscalizada de forma atenta, informada e periódica. No fundo, o que está em causa é o pluralismo do nosso sistema político.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PPM tem pertinência. O Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo, de facto, atingiu uma dimensão (não estou a falar da dimensão financeira) que em nada contribui para a qualidade da informação que se produz a nível regional e contribui (ainda que esta análise possa ter alguma carga de subjectividade) para o fomento do desemprego entre os jornalistas na Região Autónoma dos Açores.

(*Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Presidência*)

O Orador: Acha que sim, Sr. Secretário? Eu sei que V. Exas. empregam muitos jornalistas, mas mesmo assim há muitos outros que se as redacções tivessem necessidade, ou melhor, se não houvesse GaCS com a dimensão que ele tem, tinham necessidade certamente de contratar mais jornalistas para irem à procura de notícias.

Aliás, temos alguns exemplos de alguns órgãos de comunicação social privados na Região que vivem exclusivamente das notícias emanadas pelo GaCS, que de facto pela dimensão que têm (e eu iria mais longe que o Deputado Paulo Estêvão) são uma máquina de propaganda.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é o PRAC!

O Orador: Não é de informação. É de propaganda.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É o Avante!

O Orador: O jornal Avante não é imparcial.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é um jornal?

O Orador: O jornal Avante é o órgão central do Partido Comunista Português. O GaCS é de facto uma máquina de propaganda do Governo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não tem comparação!

O Orador: Mas de facto tem estas duas grandes desvantagens: contribui para a diminuição da qualidade de informação que se produz na Região Autónoma dos Açores e contribui também para o desemprego entre os jornalistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para já, nesta primeira intervenção fico-me por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tenho muito gosto em participar neste debate, não me preocupa particularmente fazê-lo primeiro ou depois de quem quer que seja. Portanto, não achei que fosse necessário fazer esperar o Sr. Presidente mais um pouco para ter um orador neste debate.

Indo à questão central.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, aqui, como na Comissão, quando teve oportunidade de apresentar esta sua iniciativa, não disse nem diz – e devo-lhe fazer justiça porque normalmente o senhor diz frontalmente – ao que veio e qual o objectivo da sua iniciativa.

Desta vez o senhor optou por disfarçar, por eufemisticamente dizer que quer saber quanto é que custa o GaCS, o Gabinete de Apoio a Comunicação Social, por eufemisticamente dizer que gostava de saber quantas pessoas é que lá trabalham, que isso devia ser uma informação anual do Governo a esta casa.

No fundo o que o senhor quer, como já se percebeu aqui e já se tinha percebido na Comissão, é fechar o GaCS, ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Não é essa a ideia!

O Orador: ... acabar com o serviço de informação do Governo Regional, porque o senhor apelida-o de máquina de propaganda, compara-o às ditaduras sul americanas, à Venezuela...

Deputado Aníbal Piões (PCP): O Sr. Deputado falou na Venezuela?

O Orador: ... ou centro-americanas no caso do México, e o senhor acha que essa máquina de propaganda devia ser encerrada.

Por outro lado, o senhor faz esta coisa fantástica: o senhor pede para saber quanto é que custa, pede para saber quantas pessoas é que lá trabalham e depois qualifica o GaCS como sendo gigantesco, enorme, dispendioso, gastador.

Então o senhor sabe ou não? Deve saber! Para fazer essa qualificação, o senhor já sabe aquilo que pergunta e aquilo que quer saber.

É uma perda de tempo estarmos todos aqui a discutir uma coisa que o senhor já sabe. Se já sabe não precisa de pedir para saber.

Se não sabe, tem outros instrumentos ao seu dispor, instrumentos correntes de relacionamento entre esta Assembleia e o Governo, que pode utilizar e que eu garanto, uma vez até que a resposta será directamente produzida no âmbito da Presidência do Governo, que será respondido. Tem sempre ao seu dispor como sempre teve. Não percebo até por que é que nesta altura acha que isto é assunto que merece outro tipo de actuação. Podia fazer um requerimento e esse

requerimento seria respondido com toda a ligeireza possível ou toda a rapidez possível, peço desculpa.

Fica muito claro que o que o senhor pretende é colocar em causa a essência, a funcionalidade e a acção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Sobre essa matéria eu gostava de lhe dizer, e já disse isso em Comissão, que os Governos do Partido Socialista nos Açores não foram nada originais, Sr. Deputado. Não fomos nós que inventámos um departamento ou uma estrutura do Governo que serve para informar as pessoas daquilo que o Governo faz.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu sei!

O Orador: No mundo inteiro não deve haver governo que não tenha um departamento dirigido a informar o cidadão, que tem direito a ser informado, sobre a acção do seu governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há muitos governos que não têm!

O Orador: Isso não tem nada de fantástico. E não são só os governos. As Nações Unidas tem; o Greenpeace tem; as associações pacifistas têm; todos os partidos políticos têm.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A maior parte dos governos não tem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso que está em causa!

O Orador: Eu não percebo por que é que o Governo Regional que tem o dever de informar sobre a sua acção, sobre as medidas que toma, sobre os projectos que tem em marcha, não pode ter um gabinete de informação.

Mais. Não foi este Governo do Partido Socialista ou os anteriores Governos do Partido Socialista nos Açores que inventaram um Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Ele já existia anteriormente, no tempo de governação do PSD/Açores. Portanto, não fizemos nada de novo.

Se alguma coisa nos podem acusar foi de termos diminuído a importância orgânica desse tipo de departamento, porque no tempo de governação do PSD havia uma Direcção Regional de Comunicação Social e depois passou a haver uma Subsecretaria Regional da Comunicação Social que até tinha no âmbito das suas competências e das suas áreas de acção a supervisão dos meios de

comunicação social nos Açores, coisa que nós não queremos, facto que até já nos provocou críticas públicas enormes, porque achavam, até partidos da oposição, que deveríamos ter um papel mais actuante junto do serviço público de rádio e televisão, coisa que nós não queremos. Não queremos, continuamos a não querer, porque o serviço público de rádio e televisão deve ser independente e deve ser financiado pelo Estado.

Deputado João Costa (PSD): Por isso é que não querem as coisas às claras!

O Orador: Se alguma coisa fizemos nessa matéria foi diminuir organicamente a importância desse tipo de departamento e não nos podem acusar de ter inventado uma máquina que não existia e que só passou a existir desde que fomos governo nos Açores.

Gostava também de dizer a esse propósito que este serviço prestado pelo GaCS é gratuito, pode ser utilizado pelas empresas de comunicação social ou os órgãos de comunicação social livremente, sem restrições, da forma como essas empresas entenderem. Se elas quiserem utilizá-lo utilizam, se não quiserem utilizar não utilizam; se elas quiserem utilizar metade de uma notícia produzida pelo GaCS podem utilizar metade; se quiserem tirar uma frase podem tirar; se não quiserem usar as fotografias podem não usar. Portanto não há qualquer tipo de, por via do GaCS, influência na autonomia editorial dos meios de comunicação social na Região. É muito bom que se perceba isto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: São os editores, os responsáveis editoriais das redacções, que definem:

Primeiro, se usam o GaCS;

Segundo, de que maneira usam, em que termos usam, como é que querem fazer uso desse serviço.

Portanto, cai por terra essa sua suposição de maquinação propagandística que o Governo tem, porque o serviço não impõe nenhum tipo de regra na sua utilização. Quem não quiser não utiliza, tão simples quanto isso.

Gostava ainda de lhe trazer mais um elemento sobre esta matéria que me parece relevante.

A actuação do GaCS e o seu enquadramento orgânico são transparentes, Sr. Deputado.

O GaCS, tudo o que produz, produz no portal do Governo. Portanto, não são só as redacções que têm acesso, não são só os especialistas de informação que têm acesso ao serviço, são todos os cidadãos. Todos os cidadãos que quiserem consultar têm forma. É certo que é por via electrónica, mas podem consultar e podem eles próprios fazer a sua triagem ou a utilização que entenderem.

Aliás, é sabido e é comum nesta casa, ser os próprios Srs. Deputados a trazer aqui notícias do GaCS, citações do GaCS, citações de secretários e membros do Governo, sobre matérias diversas, feitas e publicadas pelo GaCS.

É quase caso para dizer: o que seria dos Srs. Deputados, da oposição ou do governo se não tivessem o GaCS para ir buscar as frases exactas que foram ditas e as citações que necessitam em cada caso para fazer determinado tipo de debate.

Portanto, como vêem, é um serviço que até os senhores utilizam para desempenhar a sua função...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado!

O Orador: ... nesta casa e podem fazê-lo da forma que melhor entenderem.

Aliás, os senhores para dar fundamentação, para dar rigor, para tornar mais forte a sua argumentação, dizem sempre “mas foi o GaCS que disse”, o que credibiliza o serviço, presumo eu, e demonstra que ele não tem só utilidade para a comunicação social como tem utilidade para a oposição na Região.

Para terminar, Sr. Deputado, é absolutamente incrível, do ponto de vista da honestidade intelectual, vir a esta casa falar do GaCS, começar por dizer que estamos com 35 anos de Autonomia Regional em Portugal, falar da Madeira “*en passant*” e fingir que isto é tudo a mesma coisa. É inadmissível!

Na Madeira, o Governo Regional é dono de um jornal que faz concorrência directa aos outros jornais privados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu disse isso!

O Orador: Atribui por ano 5 milhões de euros...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ouviu o que eu disse?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os senhores também têm umas acções!

O Orador: ... a um jornal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu disse isso!

O Orador: Nos Açores, os apoios à comunicação social privada que estão regulamentados através do PROMEDIA, aprovado nesta casa por unanimidade, são de 600 mil euros/ano.

Na Madeira, sem apoios a privados regulamentados, o Governo dá 5 milhões de euros a um jornal e o senhor vem para aqui fazer uma comparação directa e dizer que isto é tudo a mesma coisa. Não é a mesma coisa!

Em prol da Autonomia Açoriana e do valor da nossa democracia não lhe fica bem, não é admissível, fazer uma comparação directa entre o que se passa em termos de comunicação social nos Açores e o que se passa na Madeira.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Para terminar, falaram os Srs. Deputados Aníbal Pires e Paulo Estêvão na situação adversa que vivem as empresas privadas de comunicação social nos Açores.

Fomos os primeiros a reconhecer e os primeiros a actuar. Fomos nós, Governo Regional, com a incumbência de procurar ir ao encontro das aspirações dessas empresas, que as procurámos.

Eu fiz um circuito que envolveu todas as empresas de comunicação privadas dos Açores, contactei com todas na sequência dos dados que me foram fornecidos e das opiniões que me foram transmitidas.

Produzimos, o Governo Regional, um conjunto de alterações à legislação existente e novos programas, procurando dessa forma colmatar de algum modo os problemas por que passavam as empresas de comunicação social privada na Região.

Estamos agora na fase de ver qual é o eco que essas medidas têm junto dos destinatários finais. Esperemos que ajudem a passar uma fase difícil em que o mercado não dá a mesma resposta que dava às necessidades de financiamento dessas empresas.

Mas fomos nós! Não precisamos que venha o Sr. Deputado dar esse tipo de lições aqui.

Nós estivemos lá, tentámos cumprir o nosso papel e esperamos ter ajudado nesse sentido.

O GaCS não é, com certeza, nenhum tipo de instrumento concorrencial à comunicação social privada. É uma ajuda à comunicação social privada, é mais um fornecedor de conteúdos que ela utiliza da maneira que achar melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por assumir, com toda a humildade, que desconheço, e o Bloco de Esquerda desconhece, quantas pessoas trabalham ou quantos jornalistas trabalham no GaCS e qual é o seu orçamento – primeiro ponto.

Também não temos nenhum tipo de objectivo ou de vontade de, pura e simplesmente, exterminar o GaCS à face da terra, até porque temos bem consciência de que fazê-lo era criar um efeito dominó que iria pôr em causa a existência e a sobrevivência doutros órgãos de comunicação social.

Reconhecemos, e aí estamos de acordo com parte da intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, que se o GaCS faz as suas notícias e alguns órgãos de comunicação social se limitam a ir buscá-las e, passiva e acriticamente, as colocam nos seus meios de comunicação social sem nenhum tipo de investigação, nem de indagação, nem de interpelação dos Membros do Governo Regional, isso não é culpa do GaCS, não é culpa do Governo Regional. Portanto, quanto a isto penso que estamos entendidos.

Dito isto, por outro lado, eu discordo completamente quando o Sr. Secretário Regional diz que é um serviço gratuito. Na realidade ele não é gratuito. Ele é pago com dinheiros públicos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disponibilizado gratuitamente!

A Oradora: Nem outra coisa se poderia entender, porque os seus profissionais não trabalham de graça. São profissionais, têm o seu trabalho, têm que ser remunerados.

É essa circunstância de não ser um serviço gratuito que nos remete para o Projecto de Resolução do PPM, porque “atribuir e dotar a Assembleia Legislativa dos Açores de informações objectivas e periódicas sobre a dimensão, grau de despesa e funcionamento concreto do GaCS”, parece-me que é razoável, atendendo a que estamos a utilizar um instrumento que pode e deve trazer mais transparência, mais isenção e mais rigor. Em quê? Ao uso de dinheiros públicos.

Como o povo diz, e o povo tem sempre razão, “quem não deve, não teme!”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso serve para tudo!

A Oradora: Portanto, não percebo qual é a rejeição, qual é a dificuldade do Governo Regional e do partido maioritário em aceitar, exactamente porque é um serviço entre outros serviços, que ele seja público...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ora cá está, entre outros serviços!

A Oradora: Entre outros serviços, com certeza. Sr. Secretário, esteve cá durante as minhas primeiras palavras. Eu disse tudo o quanto tinha para dizer.

Agora, se é também um serviço público, não vejo qual é o problema de o tornar transparente aos olhos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ele é transparente!

A Oradora: Não é!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É!

A Oradora: Não é!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É! Faça um requerimento e verá que é transparente!

A Oradora: Oiça, Sr. Secretário.

O Sr. Secretário disse, e bem, que podemos, nós, Deputados desta casa, quando quisermos, fazer um requerimento ao Governo (bem, vá-se lá saber quando) e

mais tarde ou mais cedo, dará resposta relativamente a estas questões. É verdade, Sr. Secretário.

Acontece é que uma coisa é um acto isolado da iniciativa de um deputado ou deputada desta casa, outra coisa é um compromisso assumido pelo Governo em trazer a esta Assembleia, anualmente, (nem me parece que seja uma coisa do outro mundo)...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não consigo perceber porquê? Não vejo razões para isso!

A Oradora: ... o gasto neste serviço público e a sua composição.

Já me parece excessivo a alínea a) do Projecto de Resolução, quando pede a identificação de todo o pessoal afecto a este serviço. Eu tenho dificuldade em aceitar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Para além de excessivo é inconstitucional!

A Oradora: A mim, pessoalmente, e ao Bloco de Esquerda não interessa a identificação. Interessa o número: quantas pessoas trabalham, quantos jornalistas, quantos profissionais.

Quem são, sinceramente, é-me indiferente. Até tenho um leve cheirinho a outra coisa identificatória...

Deputado Francisco César (*PS*): Diga, Sra. Deputada!

A Oradora: Não digo, não!

... que não dignifica.

Agora o objectivo, tornar transparente, isento e rigoroso o uso de dinheiros públicos dentro de uma filosofia sobejamente conhecida que é “quem não deve não teme”, não vejo qual é o problema. Pelo contrário, acho que o Governo sairia muito bem e ficaria muito bem visto aos olhos dos cidadãos em geral (e o partido maioritário também!) se dissesse ao Partido Popular Monárquico, proponente deste Projecto de Resolução: “Mas o senhor pensa que nos incomoda com este pedido? O senhor pensa que está a pôr alguma coisa em causa? Não! Nós iremos disponibilizar esse tipo de informação, anualmente, a esta casa!” E os senhores saíam por cima.

Assim terão muita dificuldade em justificar o chumbo a este Projecto de Resolução.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como muito bem disse o Sr. Secretário Regional da Presidência trata-se aqui de um serviço público.

Os serviços públicos, Sr. Secretário, só ganham em ser transparentes, em que não haja qualquer dúvida sobre a sua missão, a sua função e sobre o seu funcionamento interno.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Exactamente!

O Orador: Começo por dizer que eu também não sei quantos funcionários tem o GaCS, em que ilhas é que estão, em que ilhas é que trabalham e onde têm delegações. Eu também não sei, Sr. Secretário!

Talvez na página do GaCS ficasse bem ter lá o corpo redactorial, ou de funcionários que lá trabalham: tantos na delegação, pelos vistos, de São Miguel, do Faial, da Terceira, de São Jorge...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não sei!

Fazia bem a informação, a transparência...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Não estou, Sr. Secretário. Com toda a sinceridade eu não sei. Olhe nem sequer sei quantos trabalham na delegação da Terceira. Se são 3, se são 4, se são 5 ou se são 10.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor nem sequer sabe se há delegação na Terceira!

O Orador: Sei que há uma delegação na Terceira, agora não sei quem trabalha lá, não sei quantos são. Conheço um, agora se há mais, não sei.

Portanto, não custava nada, na informação editorial do “jornal”, ter lá o corpo redactorial do GaCS.

Sr. Secretário, vou ler aqui uma frase sua, que acho muito interessante. Diz V. Exa. o seguinte:

“O GaCS é um serviço público para divulgar as medidas, as acções e os programas do Governo.”

Concordo com isto, Sr. Secretário. O que não concordo é da utilização abusiva e inaceitável, em democracia, que os senhores fazem do GaCS e isso com dinheiros públicos.

Deputado José San-Bento (PS): Convinha sustentar isso!

O Orador: Sabe porquê? Porque os senhores dão informação à comunicação social e isso até, em lato senso, pode ser interpretado como alguma influência ou querer ter alguma influência sobre a comunicação social.

Deputada Zuraída Soares (BE): Se ela deixar!

O Orador: Se ela deixar e às vezes até é permeável.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os senhores também têm departamentos de imprensa nos seus partidos e mandam para a comunicação social aquilo que querem!

O Orador: Exactamente, Sr. Secretário. Já lá vamos. Era para isso mesmo que eu queria ir, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas o Governo é de todos os açorianos!

O Orador: A diferença é exactamente esta. É que os senhores são o Governo de todos os açorianos. Segundo os senhores, querem ser.

“... serviço público para divulgar as medidas, as acções e os programas do Governo.”

Sr. Secretário, para não ir mais atrás, vou buscar um comunicado do GaCS, muito recente, de 3 de Junho (tenho aqui!) onde os senhores fazem ataques políticos do mais baixo que existe.

“O CDS/PP não revela qualquer seriedade política.”

“O CDS/PP revela má-fé política.”

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso que o senhor está a ler é um esclarecimento!

O Orador: Isto não é um esclarecimento. São considerações políticas às quais...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Como é que se chama?

O Orador: Esclarecimento da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é uma resposta a um requerimento do CDS.

O Orador: Não, não!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sim, sim!

O Orador: Não, não, Sr. Secretário. Aí é que está a diferença. É que o CDS não usou o GaCS para fazer isto.

O CDS usou...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Presidência)

Deputado Berto Messias (*PS*): A sua intervenção é ridícula!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, eu nem sequer lhe vou responder à sua observação.

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas pode responder!

O Orador: Porque no ridículo, Sr. Deputado, às vezes...

Deputado Berto Messias (*PS*): Diga, diga!

O Orador: ... é preciso, de manhã, ver-se ao espelho.

Sr. Secretário Regional, voltando à conversa. O CDS/PP fez uma conferência de imprensa, onde esteve a imprensa que divulgou a nossa...

Deputado Francisco César (*PS*): Não estava no site do CDS?

O Orador: ... posição sobre ao assunto.

Os senhores, por variadíssimas vezes, convocaram conferências de imprensa para reagir a A, B e C, quando foi necessário, nomeadamente aquando da Lei de

Finanças Regionais. O que deviam fazer, em igualdade de circunstâncias, era responder com uma conferência de imprensa.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor confirma o meu adjectivo de há bocado!

O Orador: Eu não posso responder ao GaCS. Eu não tenho direito de resposta ao GaCS, Sr. Secretário, por isso é que abusam do GaCS para fazer ataques onde nós não nos podemos defender. Está aqui bem plasmado. Os senhores usem a comunicação social.

Por isso é que o GaCS tem que ter transparência, por isso é que se deve saber como é que são usados os dinheiros públicos, e os senhores têm as mesmas ou mais oportunidades de responder, até pela comunicação, do que tem o CDS, como está vastamente provado.

Usam e abusam do GaCS para fazer ataques aos quais sabem que, nós e os outros, não podemos responder.

Deputado Francisco César (PS): Respondeu a uma afirmação falsa!

O Orador: Portanto, está aqui bem plasmado o uso que os senhores fazem de dinheiros públicos.

Agora, se querem fazer isso, então mudem as funções do GaCS, porque não é apenas divulgar as acções, os programas, etc., do Governo. Não é!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Também é!

O Orador: É também fazer política. É, eufemisticamente, fazer esclarecimentos, que é isso que os senhores fazem e abusam.

Isso é fazer...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Propaganda!

O Orador: ... propaganda do mais baixo que existe.

Assim que os senhores nos derem direito de resposta e publicarem a nossa resposta aqui, sim senhor, então lá os entenderemos.

Os senhores fazem do GaCS um órgão de informação do Governo, das suas acções, dos seus programas, das suas inaugurações, do que os senhores quiserem, agora não podem usar o GaCS para fazer ataques políticos a outros partidos desta casa e desta Região. Isso é condenável e isso, sim, nem sequer é

ridículo, é abaixo, mas muito abaixo do ridículo. Isto é, Sr. Secretário, usar dinheiros públicos para propaganda da pior espécie.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

Esta proposta do PPM não tem qualquer mérito e merecerá da nossa parte uma rejeição clara.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande surpresa! Não estávamos à espera!!!

O Orador: Esta proposta é praticamente resumida neste raciocínio verdadeiramente extraordinário do Sr. Deputado Paulo Estêvão: não sabe quantas pessoas tem o GaCS, não sabe quanto custa o GaCS, mas o GaCS custa uma fortuna e é gigantesco. Isto diz tudo sobre o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

A sua tese, a tese do PPM, é muito simples:

O PS ganha eleições nos Açores porque utiliza o GaCS para fazer propaganda e oprime os órgãos de comunicação social. É isso que o senhor pensa, mas não teve coragem de dizer.

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Queria dizer uma coisa a todos os partidos que falaram aqui antes do PS:

Sras. e Srs. Deputados, eu não esperava que os senhores se eximissem a uma consideração sobre os considerandos desta proposta, que são vergonhosos e nos humilham a todos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão utiliza aqui uma narrativa jocosa e provocatória que é uma ofensa para os deputados desta casa. Os termos que o senhor se refere, a forma como fundamenta a sua proposta, com comparações que são ridículas, dizem tudo sobre a sua concepção da Autonomia e da Democracia.

Achamos que esta proposta que o senhor aqui faz é completamente descabida. Nos seus termos é precisa (essa informação poderia ser feita através de um

requerimento), agora, e saliento esse aspecto, os considerandos dessa resolução são uma vergonha.

Sr. Deputado, o Governo tem a obrigação de informar os açorianos sobre a sua actividade e sobre os principais actos da governação. É isso que faz e faz muito bem. Isso é um imperativo democrático absolutamente incontornável, Sr. Deputado Paulo Estêvão e também é, Sr. Deputado Artur Lima, o direito de repor a verdade face a uma acusação falsa do seu partido. Foi isso que o GaCS fez.

Eu diria com alguma latitude que o GaCS agiu em legítima defesa. Fez muito bem! Dignificou o seu papel, repôs a verdade e é assim que se faz política seriamente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual foi a afirmação falsa?

O Orador: Se me deixar terminar, Sr. Deputado.

Gostava também de dizer que qualquer aspecto concreto ou qualquer detalhe específico que o senhor tem direito como deputado desta casa a obter, pode fazê-lo, facilmente, através da figura regimental do requerimento. Isso é perfeitamente claro.

Agora querer transformar o Governo quase numa agência de produção de relatórios permanentes também não me parece a forma correcta de abordarmos essa questão.

O senhor tem uma particular atenção sobre um aspecto concreto da governação. Seja o GaCS, seja o que for, tem todo o direito, tem todo o dever de apresentar um requerimento e resolver isso.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vou usar a forma que quiser!

O Orador: Usando as suas palavras, na acusação injusta que fez anteontem ao meu colega, eu diria: trabalhe! Faça melhor o seu trabalho e resolve o problema. Sras. e Srs. Deputados, o que esta proposta verdadeiramente revela é uma expressão alucinada da democracia que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem e isso tem que ficar aqui saliente. Nós não deixamos passar em claro os considerandos que foram aqui apresentados.

Sr. Deputado, nós não ganhamos nem perdemos eleições por causa de nenhuma propaganda. Ganhamos eleições, e perdemos as eleições no passado Domingo, de uma forma que até desmente perfeitamente parte da fundamentação da sua proposta, porque é esta a vontade do povo açoriano.

O PS apresenta-se a eleições de peito aberto, orgulhoso, mas de consciência tranquila pelo trabalho feito. Com toda a humildade democrática sujeita-se ao julgamento do povo açoriano.

O PS não compra votos, o PS não trafica influências. Isso tem que ficar muito claro nesta Assembleia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Aida Santos (PSD): Paciência!

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor acredita nisso que acabou de dizer?

O Orador: Esta proposta revela também uma característica (e o senhor sabe que partilhamos essa paixão pela História) muito genuína da direita reaccionária, da direita herdeira de D. Miguel e do absolutismo monárquico, que tem uma concepção de que o poder é seu, de que tem esse direito por intervenção divina e que a democracia, neste caso concreto, esta questão do PS governar os Açores, é realmente um problema, é um equívoco que tem que ser desfeito.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso já vem de César!

O Orador: Aquilo que o senhor acha é que o senhor é o herdeiro natural por direito divino do poder e que o povo não compreende aquilo que está em jogo.

O senhor acha que manipulamos a opinião pública e acha que o povo é manipulável, ingénuo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Que baixaria!

O Orador: ... e que, conseqüentemente tem uma susceptibilidade aos emails do GaCS.

Fracamente, Sr. Deputado! Eu apelava à sua moderação, apelava à sensatez que aparentemente o senhor revelou na passada terça-feira e que modere aquilo que são as suas propostas, nomeadamente com referências, repito, que não nos

dignificam, porque aquilo que o senhor aqui apresenta, Sr. Deputado, é um desprezo pela democracia, é um desrespeito pela vontade livre dos açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o que o senhor está a fazer!

O Orador: ... é uma desconsideração pelos legítimos órgãos próprios da Autonomia.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra depois dos insultos....

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais insultos?

O Orador: ... que foram ouvidos por toda a Assembleia, desde absolutista, miguelista, extremista...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quando é que isso é um insulto? Chamar absolutista alguma vez é insulto?

O Orador: ... tudo o que foi dito.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Pelo amor de Deus! Absolutista é um insulto?

Deputado Berto Messias (PS): É a linguagem própria desta casa!

Presidente: Srs. Deputados, já de manhã o Sr. Presidente da Assembleia chamou a atenção para os adjectivos que se usam neste Parlamento...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: ... por uma questão de dignidade de nós próprios e desta casa.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Srs. Deputados, eu estou a falar.

Já de manhã, estava eu dizer, o Sr. Presidente da Assembleia tinha, com razão, chamado a atenção para os adjectivos que se usam nesta casa, porque esses adjectivos, muitas vezes, põem em causa a dignidade dos próprios deputados que os usam e sobretudo a dignidade desta casa.

Eu faço um apelo à contenção verbal e para que o debate se faça dentro de regras que são as regras do civismo e da lealdade democrática...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: ... e faço também um apelo a que não me obriguem a estar a reinterpretar ou a ser extremamente rigoroso na questão do recurso às figuras regimentais.

Portanto, não é por tudo e por nada que se pode agora pedir protestos e contra-protestos, defesas da honra e por aí adiante.

Por esta vez, excepcionalmente, o Sr. Deputado vai fazer o favor de explicar por que é que se sente ofendido e usar o recurso à defesa da honra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, eu fui chamado de alucinado, entre outro tipo de ofensas.

A partir de momento que se chama alucinado e louco, isso é ofensivo.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Aliás, todo o discurso é altamente ofensivo, Sr. Presidente.

Eu penso que ficou evidente que foi muito ofensivo e que me sinto ofendido pelo discurso que não teve nada a ver com aquilo que eu disse.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Vou respeitar exactamente aquilo que disse, que é manter o nível na resposta que vou dar e não vou devolver os insultos, de forma nenhuma. Não vou fazer isso.

Sr. Deputado José San-Bento, muitos dos argumentos que eu utilizei foram os utilizados por uma referência do Partido Socialista, o Presidente Jorge Sampaio, em 2004, quando vetou um gabinete de informação e comunicação proposto pelo Governo da República de Santana Lopes.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não brinque com coisas sérias!

O senhor apresenta isto nesta casa e vem dizer isso?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Qual foi o Governo da República?

O Orador: O Governo presidido na altura pelo Dr. Santana Lopes.

Foram exactamente estes argumentos que foram utilizados por uma figura de referência do Partido Socialista em defesa do pluralismo e da democracia.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é verdade!

O Orador: Portanto, é lamentável.

Veja bem: o que lhe pedimos é um conjunto de dados sobre um serviço e o senhor responde com uma enorme agressividade. Depois diz “o senhor não queria dizer aquilo que ali está escrito, queria dizer muito mais” e desenvolve todo o seu raciocínio, todo o seu conjunto de ofensas e de calúnias, com base em coisas que eu não disse.

Na intervenção seguinte vou ter oportunidade de desmontar os seus argumentos, mas vou dizer-lhe o seguinte:

Sr. Deputado José San-Bento, é fundamental que o senhor, cada vez que faça uma intervenção, não chame nomes aos outros deputados, não lhes chame alucinados, não os ofenda como tem sido o seu timbre desde que está nessa parte da bancada, que é ofender permanentemente, porque não tem argumentos. Então refugia-se na ofensa.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: Não lhe digo mais nada, a não ser isto: Mais civismo! Mais classe, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem dito!

Presidente: Tem palavra o Sr. Deputado José San-Bento. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já conheço essa cantiga há muito tempo, Sr. Deputado.

O senhor sabe que eu tenho o registo que tenho. Sou uma pessoa frontal na minha actividade política, mas sou leal e respeitador.

Eu não o ofendi, Sr. Deputado!

Eu qualifiquei, politicamente, aquilo que é, sim, um texto ofensivo.

Essa cantiga, esse exercício básico que o senhor aqui fez (espero não se ofender em eu dizer que é um exercício básico, mas poderemos chegar a este ponto, Sr. Presidente) é precisamente de transformar.

O que acontece é uma coisa simples:

O senhor foi confrontado por mim com um texto que é, de facto, ofensivo, dessa instituição e do próprio Governo Regional.

Aquilo que o senhor está aqui a querer transformar é virar o bico ao prego.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor faz isso de uma forma que não me parece muito directa e de uma forma que pretende obter o meu condicionamento, mas isso não vai atingir, nem o condicionamento do Sr. Deputado José San-Bento, nem o condicionamento desta bancada parlamentar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente, não é fácil entrar no debate depois dele ter fugido para tanto longe. O debate parlamentar que se queria orientado para aquilo que está aqui em discussão, acabou por ir para termos e para métodos que são complicados de aceitar neste domínio da actividade política parlamentar.

No entanto, começo por fazer referência a uma questão prévia e a manifestar a minha surpresa relativa pela forma como o Governo Regional, tentando fugir ao problema que está aqui em discussão, chega ao ponto de construir pérolas parlamentares como dizer que o GaCS existe para ajudar a oposição. Muito obrigado, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Era irónico, mas nem toda a gente percebe a ironia!

O Orador: Estamos muito agradecidos.

Também sei, conheço e já fiz parte num debate em que o senhor revela as suas grandes dificuldades em aceitar as citações das suas próprias palavras.

Se a oposição ou qualquer agente político-partidário cita palavras do Governo, faz parte da dinâmica do debate político. Não me parece que seja motivo de incómodo e de grande referência, porque não é isso que pura e simplesmente está em causa.

O que está em causa e o PSD manifesta é que os pressupostos e as preocupações subjacentes à proposta em análise merecem a nossa concordância. Grande parte destes pressupostos, grande parte das preocupações que motivaram esta iniciativa, merecem, de facto, a nossa concordância.

Deputado José San-Bento (PS): E os considerando?

O Orador: O GaCS, muitas vezes, não se limita a fazer aquilo que deveria fazer, que era veicular informação, a divulgar a actividade governativa como deveria ser.

Todos sabemos, por experiência própria e diária, que o GaCS não se limita a esta função, à função de divulgar, de noticiar a actividade governativa.

Em muitos casos transforma-se, como já aqui foi referido, numa mera agência de propaganda. E o GaCS, de facto, em muitas circunstâncias é verdadeiramente uma agência de propaganda na promoção claramente sectária de uma determinada mensagem política.

Uma entidade pública, como é o GaCS, com as funções que tem de divulgar a acção governativa de forma isenta e objectiva, foge do seu papel essencial quando faz essa abordagem sectária, essa abordagem que muitas vezes vai ao ponto de fazer ataques a jornalistas. Repito: o GaCS, uma entidade pública, vai ao ponto de fazer ataques a jornalistas.

Vou referir dois exemplos: um aconteceu em 20-08-2010, através da Sra. Secretária Regional da Solidariedade e Assuntos Sociais e o outro no dia 11 de Janeiro de 2009, em que se atacou um jornalista dizendo que “faz tentativas de desinformação levadas a cabo pela jornalista responsável...”. É terminologia que não dignifica em nada o papel que se queria isento e objectivo de uma entidade com as responsabilidades do Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Para além desta dimensão propagandística, sectária, partidária de um órgão público, o que é naturalmente uma incoerência, há também uma outra questão que merece a nossa preocupação, que tem a ver com a duplicação de meios, a duplicação dessa actividade ou função de divulgação e informação da actividade governativa.

É que ao mesmo tempo que existe, por um lado, o GaCS, existe também um conjunto de assessores de imprensa e de comunicação social no gabinete de cada um dos membros do Governo. Parece-nos que essa duplicação deverá ser avaliada, ponderada e deverão haver medidas no sentido de regularizar esta duplicação de meios que nos parece que não é correcta, porque ao mesmo tempo que existe um GaCS que visa divulgar a informação, veicular a mensagem política do Governo (e muito bem!), existe também e para além disso os tais assessores de imprensa que enxameiam os gabinetes dos secretários regionais do Governo Regional dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga quantos são!

O Orador: Esta questão, da nossa parte, é preocupante e merece, como dizia, a nossa atenção, uma adequada avaliação e tratamento.

Porém, se essas preocupações são reais, se são pertinentes, e percebo que estão na base da proposta e na base daquilo que foi a intervenção dos restantes partidos da oposição até aqui, parece-nos que os meios adequados não são bem aqueles que são propostos na resolução que estamos a discutir.

Parece-nos que os objectivos em causa podem ser alcançados utilizando outros meios regimentais ao dispor dos Srs. Deputados (o requerimento, a própria análise da conta que pode não ser exaustiva, pode não ser pormenorizada, mas em conjunto com o próprio requerimento não exige uma resolução do Parlamento), concordando que na perspectiva do partido proponente pode ser a forma que entende mais adequada para dignificar a questão ou para fazer o debate parlamentar à volta dela.

Na perspectiva do PSD pode haver e deve haver outros meios, quer da parte de quem faz o requerimento, quer da parte de quem responde, que sejam úteis a esta avaliação.

Por isso e em conclusão, se entendemos que as preocupações, as percepções que estão na base desta discussão, com as quais o PSD concorda e avancei aqui um conjunto de argumentos que também da nossa parte manifestam grande preocupação sobre isto, os meios talvez não sejam bem estes. E através dos outros meios se consiga tudo isto.

De facto, parece-nos que todas estas questões relativas ao serviço de apoio à divulgação e informação da actividade governativa não podem ser reduzidas apenas à questão que está referida na resolução.

Não se pode reduzir sobre o risco de se reduzir as preocupações do GaCS apenas a isto. São muitas outras, de muito maior dimensão e profundidade e que apenas, estou certo, se resolvem com um outro governo, com uma outra cultura política e sobretudo com uma outra atitude...

Deputado José San-Bento (PS): Claro! Imanada da Câmara de Ponta Delgada!

O Orador: ... de utilização dos meios públicos e sobretudo de relacionamento com a comunidade, com os cidadãos, de uma forma aberta, transparente e séria na convicção de que é assim também que se cumpre o serviço público a que está obrigado o Governo, o Parlamento e os órgãos que dependem do Governo, como é o caso do GaCS.

Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Percebo a estratégia do Sr. Secretário da Presidência e do Sr. Deputado San-Bento, que não querem discutir o assunto. Portanto, estão aqui a tentar encontrar uma fuga para a frente, através do insulto e da desclassificação, que é algo que vos desclassifica.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Desculpe, mas essa conversa não serve para mim!

O Orador: Eu quero dizer-vos o seguinte e vamos ponto por ponto, discutir esta questão.

Diz o Sr. Secretário da Presidência que a existência de gabinetes deste tipo é algo que é a regra e não a excepção.

Pois digo-lhe, Sr. Secretário da Presidência, que isso não é verdade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não!

O Orador: É exactamente o contrário!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Pois! É exactamente o contrário!

O Orador: A situação dos Açores é a excepção. O Governo da Madeira não tem, o Governo República também não tem.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O Governo da Madeira tem um jornal!

O Orador: Deixe-me terminar, por favor.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Insiste em comparar!

O Orador: Deixe falar as pessoas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Fale à vontade!

O Orador: Pelo amor de Deus!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não posso fazer apartes?

O Orador: Não, não pode. Não pode interromper da forma como está a fazer.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sr. Presidente, eu não posso fazer apartes?

O Orador: Mas isso não é um aparte. É uma comunicação. O senhor está constantemente a tentar que não se fale. Olhe, vou esperar que o senhor acabe. Quando eu puder falar, falo.

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Eu estava precisamente a dizer-lhe, Sr. Secretário Regional da Presidência, que o que afirmou, de que isto é a regra e não a excepção, não é verdade. O que é a excepção é ter um gabinete de informação.

A Madeira não tem, o Governo da República não tem. Foi precisamente vetado pelo Presidente Jorge Sampaio (lembra-se? Sabe quem é?) com muitos dos argumentos que eu utilizei aqui. Vá ver, vá estudar o veto.

Neste sentido, o que acontece em grande parte dos países do Norte da Europa é que também não têm, exactamente pelos perigos que acarreta.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Primeiro ponto: está desmontada a sua tese que isto é uma coisa muito normal. Não é!

Ponto nº 2 – não tendo o senhor oportunidade de mostrar que isto é uma proposta radical, o senhor escreveu uma coisa e pensou outra. Essa telepatia que o senhor utiliza aqui de fazer de Zandinga também não serve, porque o que serve é o que aqui está escrito.

O que é que eu escrevi?

“Não está em causa a existência de um Gabinete de Apoio à Comunicação Social com a função de assegurar o tratamento das notícias. O que pode revelar-se preocupante nesta matéria é o progressivo crescimento de uma entidade com recursos desproporcionados tendo em conta as suas funções e a fragilidade do recurso do contexto comunicação em que se insere a sua acção”.

É completamente diferente e o senhor quis apresentar esta proposta como uma proposta radical, que queria acabar com o gabinete. Eu não apresentei essa proposta.

O que acho é que ela tem tido um crescimento desproporcionado, segundo argumento que não serve.

Ponto nº 3 – diz o senhor que eu digo que é grande. De facto, digo que é grande. E diz: o senhor não sabe o que é grande ou é gigante.

Uma baleia é grande. É observável. Olhamos para o bicho e o bicho é grande. Agora, a questão que se coloca é que não sabemos quanto é que mede. Eu sei que é grande, mas não sei precisamente quanto é mede e é isso que eu preciso saber.

Com este exemplo simples digo-lhe já que sei que é grande, gordo e adiposo, mas não sei quanto é que pesa. É isso que quero saber.

Já agora o senhor diga-me que o bicharoco afinal é magro. Para poder dizer-me isto, diga quanto é que pesa. Responda às perguntas que eu aqui lhe faço.

O senhor diz que é grande e eu digo que é pequeno.

Mais do que isso. Como eu tenho os dados, que lhe posso dar quando o senhor me perguntar, e estou a perguntar-lhe porque deve ter vindo para este debate preparado, responda-me: a despesa total do serviço incluindo as remunerações. Responda a isto e depois vamos ver quem tem razão, se é o senhor, se sou eu. A descrição pormenorizada de toda a actividade realizada, as razões que fundamentam eventuais aumentos da despesa do serviço e de que forma é que evoluiu a despesa deste serviço. Responda-me a isto se faz favor.

Diz-me o senhor que o Governo Regional da Madeira tem um jornal. Pois tem. Financia um jornal.

Eu disse-lhes que os senhores têm mais que um jornal, têm uma agência de notícias.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não pode comparar!

O Orador: Repare, e eu sei que os senhores têm dificuldade em ouvir isto:

O senhor ex-Ministro Manuel Pinho, que é conhecido pelas suas gafes, não cometeria erros se tivesse uma agência de informação como os senhores têm, que é limpinha e limpa as arestas todas aos políticos todos. Até o Manuel Pinho não iria cometer qualquer tipo de erro, porque, e é muito simples, não tem contraditório, senhores.

O GaCS faz a pergunta e depois, se a resposta não for muito boa, e em muitos casos conhecendo os vossos desempenhos parlamentares e, não só, também governativos, não será de grande qualidade, terá erros com certeza, o que ali vem é uma coisinha sempre limpinha, sem arestas. Porquê? Porque os senhores não têm contraditório, não lhes são feitas as perguntas difíceis. Ninguém faz as perguntas difíceis, porque o jornalista que está a trabalhar no gabinete da comunicação não vos pergunta as coisinhas difíceis, aquelas perguntas que são incómodas e que os senhores não sabem responder.

Nesse sentido, é evidente que isto representa um perigo, como eu defendo, e é notório que tem vindo a crescer. Mesmo numa situação de grave crise económica, este serviço em termos de despesa e de pessoal tem vindo a crescer.

É esta a convicção que tenho. Se não estiver certo, faça o favor de me desmentir com números, com os números que eu lhe pedi.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isto aqui não funciona com convicções. É um *feeling*!

O Orador: Outra questão fundamental que aqui foi referenciada foi a análise que eu fazia do sistema político e o efeito político que isto poderia ter.

Eu considero que as acusações que aqui são feitas não são dirigidas de uma forma específica. Considero que há um perigo que devemos controlar, todos, que é o facto de criarmos um gabinete destes (eu concordo!) de uma forma moderada. Se adquirir grande dimensão é evidente que pode ter efeitos perniciosos na democracia. Os senhores contestam isto? Não contestam.

Os senhores agora estão no Governo, mas mais tarde estarão na oposição.

É óbvio que isto poderá acontecer e eu tenho a certeza que irão ter preocupações quando estiverem na oposição em relação a este assunto, mas os senhores o que querem é fugir a uma questão muito simples.

Dizem-me: faça um requerimento!

Eu faço o que eu quiser.

Deputado Francisco César (PS): E damos as respostas que quisermos!

O Orador: Desculpe, eu, dentro das minhas competências como Deputado, utilizo os instrumentos que bem entender e aqueles que eu considerar que são os que respondem à necessidade.

Eu considero que isto é assunto especial. Chama-lha o quarto poder. Eu acho que é um daqueles assuntos que merece uma vigilância próxima.

Acho que deve ter este tratamento, por isso apresento este Projecto de Resolução, porque é este tipo de fiscalização que eu pretendo e não outro, é este o tipo de resposta que eu pretendo e não outra.

Os senhores farão a vossa análise, que será independente. Eu respeito os instrumentos regimentais que os senhores quiserem utilizar e muito bem utilizam.

Agora o que acho é que se os senhores fornecessem (quem não deve, não teme!) estes dados, ficaríamos todos elucidados e teriam a grande oportunidade de

dizer: aquele senhor esteve a levantar pó, porque afinal este serviço não é grande, não é gigantesco, é um serviço pequenininho, pouco influente, que não tem nenhuma influência naquilo que se está a passar e, mais do que isso, é um serviço totalmente isento, serve a oposição e serve o Governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Em que mundo o senhor vive?

O Orador: Têm todo o tipo de perguntas: as boas perguntas e as boas respostas; as más perguntas e as más respostas.

Se os senhores dissessem que isto está equilibrado... mas não está! Os senhores sabem que isto é um instrumento terrível.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não!

O Orador: É! Quando é utilizado de forma imoderada, como eu lhe estou a dizer.

O Sr. Secretário da Presidência com certeza aproveitará esta grande oportunidade para dizer: não, não é; olhe bem que afinal a dimensão disto é esta.

Tenho a certeza absoluta que o Sr. Secretário da Presidência, a seguir, me irá desmentir, mas acho que o crescimento deste serviço tem sido, de facto, imoderado e é perigoso para o pluralismo político na Região. Esta é a minha percepção e estou a exprimi-la livremente.

Se por causa disto sou ofendido, vilampiado, sou atacadíssimo por causa de dizer aquilo que é a minha liberdade de expressão, digo-vos já: não há forma de me atemorizar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor perdeu votos não foi por causa do GaCS!

O Orador: Eu não tenho medo de nada e de ninguém. Portanto, não há forma de me atemorizar.

Eu digo sempre aquilo que penso. Portanto, os senhores escusam de utilizar esse tipo de retórica porque estou a pedir perguntas muito precisas.

Sr. Secretário da Presidência, quem não deve não teme. Responda, se faz favor, às questões que lhe coloquei.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Agricultura:

Em primeiro lugar, vou começar por esclarecer muito rapidamente a Sra. Deputada Zuraída Soares, esclarecer não, vou corrigir algo que eu disse e que disse mal, porque a expressão não é a mais feliz. Eu disse que o serviço era gratuito. O que eu queria dizer é que era disponibilizado gratuitamente. Fica feito o reparo.

Por outro lado, vou tentar abarcar algumas das intervenções que foram feitas antes e responder de forma conjunta.

Uma das questões que foi mais ou menos comum foi a de que havia aqui um grau de opacidade enorme sobre o GaCS no que diz respeito ao seu corpo de funcionários, à dimensão e actuação.

O Sr. Deputado Artur Lima nem sabe quantas delegações há. Portanto, isto é uma coisa muito secreta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sei, mas não sou só eu!

O Orador: Convém dizer o seguinte. Primeiro, o site da DROAP – Direcção Regional do Ordenamento da Administração Pública, tem a composição das chefias do GaCS, tem a identificação das pessoas e os contactos.

O Roteiro da Administração Pública tem o número de delegações do GaCS, os contactos dessas delegações, as moradas e os responsáveis por essas delegações. Portanto, nada dessa informação é secreta.

Agora o que não me parece muito curial, e até já faço alguma espécie, é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão queira saber não só quem são os responsáveis, quem são aqueles que respondem pelo serviço, aqueles que na administração têm responsabilidade de assumir a actuação daquela estrutura orgânica, mas também quer saber quem são os funcionários e o nome dos funcionários.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é livre!

O Orador: Não consigo perceber para quê. Se o Sr. Deputado tiver oportunidade há-de explicar. Para que é que o senhor quer saber o nome do

assistente técnico ou do assistente operacional que trabalha no Gabinete de Apoio à Comunicação Social? Não sei. O senhor provavelmente terá as suas razões, mas eu não encontro nenhuma plausível.

Depois diz o senhor que não sabe, que pressente, que tem um *feeling*. O senhor tem um *feeling* e fez uma resolução porque tem um *feeling*.

O *feeling* é que nos últimos tempos tem a sensação de que isto tem ganho uma certa dimensão. Não sabe quantos funcionários tem o GaCS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: Eu já disse publicamente. O senhor anda distraído. Eu disse publicamente, na saída da reunião da Comissão de Política Geral, onde esta matéria foi discutida e o senhor apresentou este projecto, aos órgãos de comunicação social, (está publicado, é só ir consultar) o número de funcionários. Com certeza terá oportunidade de ver.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quantos?

O Orador: É só ir lá e ver quantos é que eu disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Jornalistas e funcionários!

O Orador: Então o senhor já não quer só o número. O senhor quer o número, o posto, o cargo e há quantos anos trabalham lá.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Quero o número de funcionários!

O Orador: Mas isso o senhor vai ter que pedir por requerimento e quando pedir já lhe disse que respondemos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quero o número de funcionários.

O Orador: É só ir lá ver. Está lá, eu disse, está divulgado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São mais que o Diário Insular e a União juntos!

O Orador: Depois disse o Sr. Deputado Artur Lima que há uma utilização muitas vezes abusiva do GaCS, na medida em que produzia esclarecimentos.

Ora, esclarecimentos é um corolário, é uma decorrência do outro tipo de função primordial que tem o GaCS.

Se o GaCS informa as pessoas, informa os agentes políticos, informa a sociedade de quais são as medidas, quais são os programas do Governo, que

forma de actuação tem o Governo, se alguém depois vem reagir e fazer afirmações erradas e descontextualizadas, compete ao GaCS então servir de veículo à resposta do Governo.

O que é que isso tem de extraordinário? Não consigo perceber.

Para haver reciprocidade, Sr. Deputado Artur Lima, o site do CDS está disponível para o GaCS publicar lá um esclarecimento do Governo? Se estiver, fazemos reciprocidade. O site do CDS publica um esclarecimento do GaCS e o GaCS publica a reacção do CDS.

Claro que não! As coisas funcionam como funcionam. Um órgão responde pela sua estrutura, o outro responde pelo partido a que pertence. Isso é perfeitamente claro, transparente e legítimo. Eu não percebo por que é que se faz um filme tão grande acerca desta matéria.

Gostava também de dizer, mas infelizmente o Sr. Deputado Clélio Meneses já está ausente da sala, disse, viu e foi-se embora...

Deputado António Marinho (PSD): Mas falou bem!

O Orador: ... mas vou aproveitar para responder àquilo que ele disse, porque a pergunta seria essencialmente onde é que estava o Sr. Deputado Clélio Meneses nos anos 90? Nos Açores não devia ser com certeza, porque o Sr. Deputado acha isto tudo um órgão e uma estrutura orgânica inexplicável e perigosa em democracia, utilizada muitas vezes com funções partidárias, mais partidárias do que de informação.

Havia nos Açores o progressor do GaCS, que tinha uma escala, um volume, uma dimensão orgânica muito superior, que foi inventado pelos senhores, que se chamava Gabinete de Informação dos Açores – GIA, que tinha um coordenador que chegou a ter funções de Director Regional, que depois foi incluído numa estrutura orgânica que era uma Subsecretaria Regional para a Comunicação Social,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fale do presente. Deixe a história!

O Orador: ... cujo titular foi objecto de uma censura, de uma contestação nesta casa, porque controlava meios de comunicação social na Região. Portanto, é preciso ter memória da história.

É preciso lembrar de onde é que estas coisas vêm, como elas já foram e o que são hoje em dia.

Os últimos a ter legitimidade aqui para fazer algum tipo de apreciação dessa ordem são os senhores.

Os senhores são os criadores do GIA e são os criadores de um departamento do Governo que foi censurado nesta Assembleia, porque controlava órgãos de comunicação social nos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Quantos funcionários tinha?

O Orador: Isso não lhe sei dizer, Sr. Deputado...

Deputado António Marinho (PSD): Não tinha nem pouco mais ou menos a dimensão que tem o GACS!

O Orador: ... mas sei que esta casa aprovou um voto de protesto e de censura à actuação do titular de então da pasta da comunicação social.

Meus senhores (Grupo Parlamentar do PSD) penso que estamos conversados sobre quem fazia utilização abusiva dos meios que tinha à sua disposição.

Deputado António Marinho (PSD): Conversadíssimos! Não tinha nem pouco mais ou menos a dimensão que tem o GACS!

O Orador: Falou o Sr. Deputado Clélio Meneses numa questão de duplicação de meios. É perigosíssimo, porque há uma duplicação de meios.

Os senhores são um Grupo Parlamentar. Têm um assessor de imprensa no seu Grupo Parlamentar. Os outros Grupos Parlamentares também têm. Os senhores têm 2. Têm um que não é assessor de imprensa, mas é assessor de imprensa. Não duplicaram os meios?

Deputado António Marinho (PSD): Não é assessor de imprensa, mas é assessor de imprensa?

O Orador: Sim. Tem um que tem outro nome, tem outra designação, outra categoria salarial, mas é assessor de imprensa.

Os senhores são o único Grupo Parlamentar aqui dentro que tem dois assessores de imprensa. Vêm falar de duplicação de meios?

Os senhores precisam de dois assessores de imprensa?

Este Grupo Parlamentar tem 30 deputados e tem um assessor de imprensa. Os senhores são 18 deputados, têm dois e vêm falar de duplicação de meios?

Se calhar de duplicação de meios percebem os senhores. Sobre isso eu não vou dizer mais nada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos adjuntos os senhores têm? E assessores de imprensa? E funcionários?

O Orador: Não me meto nesse assunto.

Para finalizar, disse o Sr. Deputado Artur Lima que o esclarecimento era inadmissível, não fazia parte do leque funcional, etc.

Só para lhe dizer que se o senhor acha que isso acontece em relação ao GaCS, e não querendo com isso dizer que não acontece, porque também acontece em relação a outros órgãos de poder nos Açores, eu tenho aqui um comunicado de uma câmara municipal, que por acaso é a de Ponta Delgada...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Foi só por acaso!

O Orador: Só por acaso!

... e que também saiu do gabinete de assessoria, mediática da Câmara de Ponta Delgada, que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação merece repúdio, e é absolutamente lamentável tudo o que ele disse a propósito da Associação de Municípios dos Açores e que isso é inadmissível.

Portanto, para dizer que esse procedimento, o facto de haver esclarecimento dos órgãos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o senhor condena isso?

O Orador: Não! Eu não estou a fazer juízo de valor!

Estou a dizer que a Câmara de Ponta Delgada também esclarece os seus munícipes e os outros partidos, utilizando o seu serviço de comunicação, porque é para isso que ele serve. Isso é uma decorrência do facto de dispor de um serviço de informação pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que na primeira intervenção que fiz deixei claro qual era o posicionamento do Bloco de Esquerda face a este Projecto de Resolução, demarcando-o daquilo que na realidade não há concordância, mas no fundamental concordando com o seu objectivo.

Neste momento do debate gostaria de tecer 3 comentários breves e depois voltar novamente a recentrar a nossa atenção naquilo que é o objectivo fundamental deste Projecto de Resolução.

O primeiro comentário que gostaria de fazer é o seguinte:

Eu, o Bloco de Esquerda e qualquer deputado ou deputada desta Casa, pode não se rever...

Deputado José San-Bento (PS): Não seja convencida! Cada um tem o seu estilo!

A Oradora: ... no estilo utilizado pela Representação Parlamentar do PPM, nos considerandos que faz ao longo do seu Projecto de Resolução, mas diz e bem o Sr. Deputado José San-Bento, cada um tem o seu estilo.

Na realidade, como cada um tem o seu estilo, quantas vezes nós não nos revemos no estilo do Sr. Deputado José San-Bento, mas até eventualmente concordamos com aquilo que ele diz? É o estilo.

No caso do PPM provavelmente é a mesma coisa. Eu (eu e provavelmente o outro Deputado do Bloco de Esquerda e até outros elementos do Bloco de Esquerda) não escreveria os considerandos como o PPM os escreveu, mas é o estilo do PPM.

Portanto, não me sinto ofendida com este estilo. O Sr. Deputado José San-Bento exortou este plenário a sentir-se ofendido com o estilo. Sinceramente, posso não concordar com ele, agora não me ofende o estilo utilizado.

Tenho bem consciência e todos nós temos, embora nem todos sejamos especialistas de História (eu não sou, seguramente!), de que se qualquer cidadão comum perguntasse ao D. Miguel quanto é que ele gastava à hora do almoço, estava condenado à morte.

Agora, se num sistema democrático, num País democrático, um cidadão comum perguntar, porque é seu direito, ao seu governo, quanto é que ele gasta num

serviço público que é pago com o dinheiro dos contribuintes, esse cidadão não merece um tiro, merece respeito e merece que a resposta lhe seja dada. É disso que estamos a falar, recentrando novamente o Projecto de Resolução naquilo que ele é fundamental.

A questão é esta: há um serviço público que se chama GaCS e da parte do Bloco de Esquerda não foi aqui feito nenhum juízo de valor sobre o seu funcionamento e vamos chegar ao fim assim. Mas é um serviço público!

Acho que é dever do Governo informar quanto é que ele custa, tal como é uma obrigação deste plenário e desta Assembleia pedir essas contas ao Governo.

Há vários instrumentos para o fazer. Foi o que eu disse logo no princípio.

Este Projecto de Resolução é um deles. Há outros, disse o Sr. Secretário Regional, que é o requerimento. Pois, o Bloco de Esquerda, Sr. Secretário, entregá-lo-á, provavelmente ainda hoje e vamos ficar à espera do tempo de demora para a sua resposta.

Quando ele for respondido também traremos a sua informação, se assim entendermos e se assim os outros deputados entenderem, sobre o seu conteúdo. Assim, o assunto fica resolvido.

Finalmente, aquilo que o Governo Regional não foi capaz de explicar, e peço imensa desculpa com estilo, até com bastante estilo, e o Sr. Deputado José San-Bento também não foi capaz de explicar, é, por que é que o Governo Regional se recusa a fornecer a esta Assembleia, uma vez por ano, os gastos, os custos e a composição do GaCS? Esta, Sras. e Srs. Deputados, é que é a questão.

Os senhores recusam-se e por isso vão chumbar. Podem dar todas as voltas e reviravoltas e utilizar todas as manobras de distração que muito bem entenderem, mas o essencial é isto: os senhores não querem trazer este tipo de informação a esta Assembleia. É isso que o Bloco de Esquerda não percebe.

Volto a repetir: os senhores fariam – deixem-me falar agora de uma forma mais popular – um brilharete votando favoravelmente este Projecto de Resolução.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Faremos outro brilharete ao fornecer a informação aos Srs. Deputados!

A Oradora: Davam um sinal a esta Casa, davam um sinal aos tais processos de intenção, porque também, Sras. e Srs. Deputados, deixem-me dizer-vos uma coisa:

Não podemos começar a avaliar a justeza de uma iniciativa legislativa nesta casa, venha ela da bancada maioritária ou de qualquer outra bancada, por processos de intenção: os senhores apresentam isto, mas o que os senhores querem é aquilo; os senhores apresentam assim, mas aquilo... Não pode ser!

Deputado Francisco César (PS): Está no preâmbulo, Sra. Deputada!

A Oradora: O que temos que avaliar é a justeza do conteúdo da proposta.

Claro que as manobras de diversão servem para fugirmos do conteúdo da proposta.

Volto a repetir: o conteúdo da proposta é informação, transparente, rigorosa, uma vez por ano, trazida a esta Casa. Quanto custa? Eu já nem pergunto quem são as pessoas, quanto é que aumentou entretanto. Não! Quanto é que custa? Quantas pessoas é que trabalham para tal e que tipo de serviços é que fornecem ao Governo Regional.

Isto é democracia, porque é transparência, é rigor e é isenção, que era aquilo que D. Miguel não era capaz de fazer.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): Não era não! Era absolutista!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas precisões, um esclarecimento e uma conclusão. Prometo ser breve.

Precisões:

Eu volto a referir, Sr. Deputado, que se eu achasse que me tinha excedido ou ofendido eu pedia-lhe desculpa. O senhor sabe disso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Essa conversa já acabou!

O Orador: Não acabou e não acabou pelo seguinte:

O que referi é que há aqui uma visão sobre a democracia que nós rejeitamos e não aceitamos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual visão?

O Orador: Parte do pressuposto que há pressão sobre os órgãos de comunicação social, manipulação de informação e condicionalismo jornalístico.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso que lá está escrito!

O Orador: Desculpe lá, Sr. Deputado, está perfeitamente claro e é isso que se deduz de lá.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leia o Projecto!

O Orador: Está feita a precisão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leia!

O Orador: Segunda precisão:

Sr. Deputado, o senhor disse aqui duas ou três questões que não são verdade.

O Governo da República tem um portal de informação...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem!

O Orador: ... o Governo da Madeira também tem, o Sr. Presidente da República tem um portal de informação com esses serviços e até lhe digo uma coisa, Sr. Deputado, a Casa Real tem um serviço desses.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Eu não sei que terminologia os senhores utilizam, eu não sei que tipificação o senhor defende, eu não sei que tipo de rigor técnico o senhor quer corroborar, mas confesso, eu soube, no passado mês de Dezembro, que o Sr. D. Duarte era contra as iluminações de Natal, através do “GaCS” da Casa Real.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma coisa não tem nada a ver com a outra!

O Orador: Um esclarecimento e isto também se aplica à Sra. Deputada Zuraida, ao Sr. Deputado Artur Lima e ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tentaram aqui abordar a questão por que é que o Governo não diz. O Governo que diga!

Isto não está em causa.

Já agora aproveito para esclarecer o Sr. Deputado que, como deve saber, não existe a figura do requerimento oral. O senhor se quer saber essas questões em concreto apresente o seu requerimento e o Governo é obrigado a responder.

O que o senhor propõe aqui é uma coisa diferente. É uma resolução para ser feito um relatório anual com essa informação. É diferente.

Não se pode daqui pressupor que o Governo não quer responder. Isso é abusivo da vossa parte. Isso não corresponde à verdade.

Quanto à conclusão, Sr. Deputado Paulo Estêvão, é muito simples (se calhar o senhor vai ficar ofendido, mas paciência!):

O senhor defende uma proposta à boa maneira do Séc. XIX, que é institucionalizar a burocracia. Nós defendemos uma postura diferente, à Séc. XXI. É que um deputado é livre para utilizar os dispositivos regimentais desta Assembleia para obter a informação que entender relacionada com a acção do Governo. É tão simples quanto isto.

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Começo exactamente pelo fim. Não percebi bem o que são os dispositivos regulamentares, mas depois hei-de perceber.

Dispositivos, não. Mecanismos ou instrumentos talvez perceba, agora dispositivos.

Deputado Francisco César (PS): Normas regimentais!

O Orador: Ah, as normas, queria V. Exa. dizer.

Deputado Francisco César (PS): O senhor quer é “enriçar”!

O Orador: Até é bonito. Os dispositivos mete-me assim mais alguma...

Sr. Secretário Regional da Presidência, eu já ouvi V. Exa. bastas vezes nesta casa e até aquela bancada (até acho que já ouvi hoje, se não me falha a memória) dizer que o Governo não era uma agência de escriturários para estar a responder a requerimentos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faça os que quiser!

O Orador: Já ouvi o Sr. Secretário queixar-se que os requerimentos são muitos, que às vezes não responde a tempo porque são em grande quantidade...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Se são muitos, demoro!

O Orador: ... por isto e por aquilo.

Mas senhor veio hoje pedir aqui requerimentos. Defina-se, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Um por ano!

O Orador: Vamos andar todos os anos a fazer um requerimento, ou cinco requerimentos, a pedir ao Sr. Secretário...

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Ouça. Mas estamos sempre a tempo, Sr. Secretário. O Séc. XXI permite estas coisas, a evolução.

Sr. Secretário, o senhor tem que se definir. Se quer requerimentos, fazemos os requerimentos.

O senhor diz que não responde, que são muitos e depois demora um ano para responder a um requerimento, o que é inaceitável.

Era muito mais fácil ir contra a burocracia, ter esse relatório preparado e distribuí-lo. É tão simples. Aliás, isso até está à distância de um clique. É só carregar num botãozinho e sai aquilo tudo por lá baixo.

Quanto ao Sr. Deputado José San-Bento registo agora a sua postura mais serena, apesar de tudo, apesar daquele nervosismo inicial...

Deputado José San-Bento (*PS*): Nervosismo?

O Orador: ... e daquela linguagem excessiva, muito excessiva aliás. Registo agora alguma serenidade.

Deputado José San-Bento (*PS*): O senhor devia falar sobre os considerandos da proposta!

O Orador: Já lá vou, Sr. Deputado.

Permita-me uma coisa:

Em primeiro lugar, como o senhor muito bem sabe, o preâmbulo não é publicado (1º ponto).

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então não se faz!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas deve saber que é um elemento essencial à democracia!

O Orador: Tem que se fazer. O senhor sabe que é obrigatório.

2º ponto:

Eu não lhe vou dar mais uma liçãozinha, porque aí seria ridicularizá-lo e eu não quero fazer isso.

Não lhe vou responder a essa questão, porque seria ridicularizá-lo e eu tenho estima por si, por isso não vou fazer isso.

O senhor quando compara o preâmbulo de uma lei fundamental a um preâmbulo de uma resolução, o senhor está a comparar.

Se me permite, era bom que o senhor se actualizasse, já que referiu aí que gosta muito de História. O PPM não tem nada a ver com a Casa Real e com a Monarquia. Nada, rigorosamente.

Chama-se Partido Popular Monárquico, mas não representa a Casa Real.

Se o senhor não sabe, eu depois poderei noutra fórum explicar-lhe, porque há gente que até é monárquica e não é do PPM, não se revê no PPM, nem defende o PPM.

Fica-lhe mal, em termos históricos, rigorosos e de verdade, estar aí a dizer uma coisa dessas que não corresponde minimamente “a bota com a perdigota”.

Portanto, da sua alta craveira intelectual parece-me que lhe fica mal esse tipo de afirmações.

Informe-se um bocadinho porque está a fazer considerações que atingem outras pessoas aqui dentro e lá fora, que são monárquicos, simpatizantes do regime, simpatizantes da monarquia parlamentar e não são do PPM. Portanto, não meta tudo no mesmo saco. Se o mete está a fazer um erro crasso, histórico e político.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Paulo Rosa (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três questões muito simples para encerrar o debate da minha parte, a menos que venha a ser necessário retomar a palavra.

Sr. Deputado San-Bento, o senhor gosta de História, mas é diferente gostar de História do que saber de História.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Eu gosto de discutir História, mas é só com quem sabe.

O senhor ontem meteu os pés pelas mãos, confundiu uma Ordem Militar com uma Casa Dinástica. Eu não lhe disse nada, porque tinha mais que fazer do que estar aqui a dar-lhe lições de História.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, isto não tem nada a ver com o debate!

Deputado Francisco César (PS): O senhor levantou-se para dizer isso?

O Orador: Eu não falo de História consigo. Pode gostar, mas não sabe.

É evidente que não vou perder tempo com as coisas absolutamente absurdas que o senhor diz sobre a História. O senhor diz coisas absolutamente absurdas! O que quer que lhe diga?

Eu não vou perder tempo com isto. Estou aqui para discutir política e para discutir História é necessário que eu não esteja aqui a ensinar e o senhor a aprender. Tínhamos que estar na mesma linha.

O senhor não sabe a diferença entre uma Casa Dinástica e uma Ordem Militar. A verdade é esta.

Vamos ao que interessa.

Sr. Secretário da Presidência, o Governo Regional da Madeira e o Governo da República não têm nenhum gabinete de informação. Ponto final. Não têm!

A tentativa que foi feita foi vetada em 2004 pelo Presidente Sampaio, exactamente porque desconfiava destas coisas.

Deputado Francisco César (PS): São coisas diferentes!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, vou fazer-lhe chegar esta notícia do veto do Presidente Sampaio em relação ao Gabinete de Informação que foi proposto em 2004.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, eu trabalhei!

O Orador: Em terceiro e último lugar, coloco-lhe uma questão:

Quanto custa por ano o serviço? Qual é a despesa anual do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores? Responda! É tão fácil!

O senhor sabe. Sabe que não é grande, sabe que não é tão grande como eu estou a dizer ou como eu estou a pensar. Responda! Tenha a coragem política de responder. A pergunta é muito simples: quanto custa?

Mais do que isso, como é que evoluiu nos últimos 4 anos? Aumentou ou decresceu?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Agora já é outra coisa!

O Orador: Mesmo na crise económica que o País está a viver e as prioridades têm que ser os mais desfavorecidos, aqueles que menos têm, o senhor responda-me a esta segunda questão: a dotação para este serviço aumentou ou desceu? Se o senhor responder a isso é um homem de coragem. Se não responder, Sr. Secretário da Presidência, o senhor sai deste debate profundamente derrotado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Muito rapidamente. Eu não fazia tensões de voltar ao debate, mas faço questão de ser derrotado com garbo e com glória. Portanto, voltei ao debate para ser derrotado, Sr. Deputado.

Uma primeira ideia que não pode, ou melhor, parece-me que não é justo que fique aqui reflectida.

O Governo, na área da comunicação social, produz dois relatórios anuais que entrega a esta Casa e, apesar de já terem sido entregues, eu nunca os vi debatidos, devo dizer. Um é sobre o Sistema de Apoios à Comunicação Social Privada, aos apoios que são dados anualmente à comunicação social privada, e

outro é sobre a publicidade institucional produzida quer pelo Governo, quer pelas autarquias.

Foram solicitações deste Parlamento a que o Governo aquiesceu. Passou a fazer e a entregar nesta Casa. O interesse que isto tem suscitado é próximo do zero. Nunca vi aqui nenhum debate sobre essa matéria, o que é bom sinal.

O Governo não tem nenhum temor...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então acrescente!

O Orador: ... em relação a este tipo de matéria.

Produz esses dois relatórios. Fá-lo percebendo a importância que eles têm, entrega à Assembleia e a Assembleia faz o juízo que entender.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já percebi que vai responder!

O Orador: Portanto, não há aqui nenhum temor.

Coisa diferente é o que o senhor quer agora. O senhor faz no preâmbulo uma comparação à actuação do Governo com o Governo da Venezuela e do México.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso!

O Orador: Depois vem dizer que no contexto de Portugal o único governo que é de temer, do ponto de vista da máquina de propaganda, é o dos Açores, porque o do Continente não tem gabinete de comunicação. O Presidente da República é um Santo! Praticamente não faz nada na área da comunicação social. Só mandou vir três técnicos indianos para montar o site.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É no site do ambiente!

O Orador: Tem jornalistas que nunca mais acaba, tem uma estrutura profissionalizadíssima, remete toda a sua informação. Praticamente, nem fala publicamente, apenas diz que está tudo no site: “eu só vim falar para dizer que está no meu site”. E o senhor vem dizer que o perigo maior em Portugal é o Governo dos Açores, porque tem o departamento de comunicação que tem.

Sr. Deputado, e aqui é que está o fundamento principal da questão: Faça o seu trabalho!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E fiz!

O Orador: Não fez, porque toda esta informação que o senhor quer obter está disponível, Sr. Deputado.

Cruze os quadros de ilha de pessoal da Administração, vá ao site da Bolsa de Emprego dos Açores (faça o seu trabalho!), procure o nome das pessoas, procure os cargos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é a busca ao tesouro!

O Orador: Está lá tudo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está, não!

O Orador: O nome dos funcionários...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está!

O Orador: ... onde é que eles trabalham, onde é que eles prestam serviço, a que quadro de ilha é que eles pertencem. Faça o seu trabalho, Sr. Deputado.

Cruze os documentos de planeamento financeiro com os documentos de execução orçamental, os relatórios de execução orçamental e está lá tudo, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não está!

O Orador: Está sim! Faça o seu trabalho!

Eu consigo, com esses documentos ir buscar toda a informação que o senhor veio pedir ao Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está!

O Orador: Aliás, é assim que a gente vai responder ao seu futuro requerimento.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! Não respondem!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação do Projecto de Resolução nº 15/2011 – recomenda ao Governo Regional a divulgação anual das despesas, pessoal afecto e actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os Srs. Deputados que aprovam este Projecto de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam conta façam o favor de sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 22 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 11 abstenções do PSD.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputados.

Ponho à consideração da Câmara a seguinte Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare finde o período legislativo de Junho”.

Os Srs. Deputados que aprovam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Boa tarde e um feliz regresso a casa, para aqueles que viajam.

Muito obrigado.

Eram 16 horas e 46 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

Partido Social Democrata (PSD)

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

Comunicações/Informações:

Assunto: Envio de um exemplar do Relatório de Actividades e Contas e respectivo anexo, referentes ao ano de 2010

Autor: Tribunal de Contas

Entrada: 2011 – JUNHO – 08.

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco

